

O PT E A JUVENTUDE

Rodrigo Cesar, Vanessa Xavier Nadotti, Luana Soncini (orgs.)¹

Muitas gerações fizeram e fazem parte da construção do Partido dos Trabalhadores. Cada uma delas experimentou, em momentos históricos específicos, seus tempos de juventude e maturidade, compartilhou vivências e atravessou as mesmas vicissitudes econômicas, sociais, políticas e culturais da realidade brasileira. Nos primeiros anos, o PT recebeu a contribuição de militantes que, quando jovens, conheceram o Estado Novo (1937-1945) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Eles compuseram uma geração cujos filhos protagonizaram os movimentos de 1968 e a resistência à ditadura militar (1964-1985), sendo que muitos também optaram pelo PT nos anos 1980. A sequência de gerações passa pelos jovens das greves do ABC, das Diretas Já, da campanha Lula Lá, do Fora Collor, do Fora FHC/FMI/Alca, e chega até os dias atuais, quando muitos jovens petistas tiveram suas primeiras experiências de luta política e social nas jornadas de junho de 2013.

Na medida em que as concepções de juventude são construídas histórica e socialmente, coloca-se uma questão: de que maneira estas diferentes trajetórias, memórias e experiências de engajamento político, social e cultural incidiram no tratamento dado pelo PT à questão no decorrer do tempo? Certamente, as relações de colaboração e conflito entre as gerações de petistas têm algo a nos dizer a esse respeito.

Ainda em 1979, quando as lideranças sindicais envolvidas na construção de um novo partido sem patrões fizeram um chamado aos estudantes comprometidos com a luta dos trabalhadores para se somarem à construção do PT, não ignoravam a existência de tensões entre militantes estudantis e sindicalistas. Havia quem questionasse o papel que o estudante cumpriria depois de formado, além de certa rejeição aos métodos de discussão e ação levados do movimento estudantil ao movimento de trabalhadores. Mas a questão do conflito geracional não se restringe à relação entre os vários movimentos sociais que deram origem ao PT; ela se manifesta, também, sobre as diferentes noções de juventude em debate no interior do partido.

A militância partidária não estava isenta de uma compreensão corrente que, contando com a influência de certa tradição de organizações de esquerda no Brasil, equiparava jovem e estudante; e quando tratava da organização da juventude a concebia, sobretudo, como organização estudantil. Significativo neste sentido é o Regimento Interno do PT aprovado no 3º Encontro Nacional, em 1984, que permitia a criação de secretarias estudantis em nível regional e nacional. Mas isso não quer dizer que militantes e dirigentes de diferentes gerações, das mais antigas às mais novas, fechavam os olhos para a realidade dos trabalhadores jovens e a necessidade de tornar o PT capaz de incorporar suas pautas e conduzir suas lutas.

Ainda que esta preocupação não fosse somente da juventude, os momentos em que o PT mais avançou na formulação política e na organização dos jovens trabalhadores em suas fileiras foram aqueles nos quais os petistas das novas gerações, que vivenciavam os problemas e dilemas que afligiam os jovens brasileiros, impulsionaram por eles próprios a construção de uma política do partido para a juventude. Com idas e vindas, o período que vai da fundação do partido até a vitória dos petistas no 38º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em outubro de 1987, e a fundação da Secretaria Nacional da Juventude do PT (SNJ), em dezembro do mesmo ano, no 5º Encontro Na-

D
O
C
U
M
E
N
T
O
S

cional do partido, é marcado pela insistente tentativa dos jovens petistas de construir seus espaços de auto-organização em nível local, municipal, estadual e nacional.

A partir de então, cresceu e se intensificou a presença política da juventude na pauta estratégica, programática e organizativa do PT. Isso é visível no *Boletim Nacional do PT* e na revista *Teoria e Debate*, que passaram a veicular artigos sobre o tema. O que também se expressa no programa de governo de Lula em 1989 e na realização do I Encontro Nacional da Juventude em 1991, marcado pelo esforço de afirmar uma concepção de juventude que superasse estigmas e estereótipos. Está presente, ainda, na produção do boletim *Juventude PT* pela SNJ; na realização da Campanha Juventude, Cidadania e Vida; no estímulo para que as prefeituras petistas implementassem políticas públicas para a juventude; na organização de secretarias estaduais e municipais de juventude do PT; na realização do II Encontro Nacional da Juventude em 1993 etc. Além disso, já na década de 1980, ainda que a linguagem não tratasse explicitamente de juventudes, no plural, a juventude petista estava atenta às distintas maneiras de viver esta fase da vida e alertava o conjunto do partido para reconhecer esta diversidade.

Ainda assim, este processo de consolidação da juventude petista não foi linear: de modo semelhante ao período anterior, contou com avanços e retrocessos, que culminaram em um significativo refluxo a partir de meados dos anos 1990, marcadamente a partir da campanha eleitoral de 1994. Ainda que o 10º Encontro Nacional do PT, em 1995, tivesse aprovado uma resolução com diretrizes de atuação na juventude, a segunda metade dos anos 1990 foi marcada por uma desarticulação da SNJ. Apesar desta tendência, foi justamente nesse momento que a juventude negra do PT deu passos significativos em sua organização: constituiu o Grupo de Trabalho Juventude Negra na Secretaria Nacional de Combate ao Racismo e realizou, em 1998, o I Seminário Nacional da Juventude Negra do PT. O mesmo acontece em alguns estados e municípios, onde ocorrem experiências importantes de mobilização e organização de jovens petistas e desenvolvimento de políticas públicas para juventude. Por sua vez, nos movimentos sociais da cidade e do campo, como a CUT e o MST, foi também neste período que se instituíram fóruns próprios da juventude. O tema passava a fazer parte da pauta de toda a sociedade brasileira, e novas formas organizativas engajaram jovens política, social e culturalmente.

No PT, a SNJ volta a funcionar a partir de 1999. Mas foi somente com os Encontros Nacionais de Juventude em 2001 e 2005 que se deu novo impulso significativo na organização da juventude nacionalmente, resultando no I Congresso da Juventude do PT, em 2008, convocado a partir de uma resolução apresentada pela SNJ ao III Congresso do PT no ano anterior. Naquele momento, mais uma vez os conflitos geracionais se intensificaram, evidenciados pela dificuldade em aprovar o texto que, afinal, foi adotado consensualmente como resolução congressual e possibilitou que a juventude deixasse de ser um setorial partidário. Isso permitiu que filiados com até 29 anos dos diversos setoriais participassem da organização partidária de juventude, tornando-a mais plural, expandindo suas pautas e enraizando a organização de jovens em nível local.

Com esta seção de *PERSEU*, o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da Fundação Perseu Abramo, disponibiliza uma seleção de documentos de seu acervo que são relevantes à compreensão do tratamento dado pelo PT à questão da juventude no decorrer do tempo, seja no que se refere à concepção de juventude formulada, ao programa partidário apresentado aos jovens brasileiros ou à organização da juventude no partido.

NOTA

¹ Historiadores, integrantes da equipe do Centro Sérgio Buarque de Holanda.

a) O PT E A JUVENTUDE

O processo de organização dos trabalhadores deu passos extremamente importantes no último período. A constituição do PT expressa a compreensão de milhares de trabalhadores e jovens da necessidade de se organizarem politicamente para levar até o fim o combate contra a miséria e exploração a que estão submetidos. São milhares e milhares que, a cada greve, a cada mobilização, percebem a impossibilidade de satisfazerem as suas reivindicações, sem que se ponha abaixo a ditadura militar.

No interior deste processo de luta e organização, destaca-se a intensa participação dos jovens, que se encontram submetidos a uma extrema opressão. As condições de trabalho a que estão sujeitos (em particular os menores de idade); o ensino de baixa qualidade e difícil acesso; o desemprego; a obrigatoriedade do serviço militar; a repressão sexual; a censura às artes para menores; são apenas alguns exemplos dos problemas enfrentados pela juventude no país.

A situação em que se encontra a juventude, premida por uma superexploração e oprimida pela discriminação imposta pelo Estado burguês, coloca na ordem do dia a necessidade da sua organização política ao lado da classe operária. Neste momento, de aguçamento das lutas e da organização dos trabalhadores, uma iniciativa no sentido da organização política de massa dos jovens que coloque claramente a necessidade de derrubar a ditadura militar, e levante a bandeira do socialismo como forma de varrer a miséria, a opressão, as humilhações morais e materiais a que estão obrigados os jovens pela sociedade burguesa, encontrará um campo fértil e forjará uma arma auxiliar para os combates da classe operária.

A juventude não é uma classe à parte, e sua organização só pode se desenvolver se vinculada politicamente à organização e às bandeiras do proletariado. Hoje, é o PT que representa os trabalhadores, ocupando o lugar do partido operário de que eles necessitam para organizar politicamente o seu combate. Cabe ao PT tomar a iniciativa no sentido da ampla organização política da juventude no Brasil, trazendo para o lado dos trabalhadores milhares e milhares de jovens. É necessário que os jovens, auxiliados pelo PT, construam a sua própria organização, onde possam discutir livremente os seus problemas, organizar o combate por suas reivindicações e escolher os seus representantes.

Em São Paulo, a partir da iniciativa de alguns núcleos do PT, já ocorreu uma série de reuniões (algumas delas com participação de mais de 50 pessoas e com a presença de militantes de mais de 30 núcleos) de militantes e simpatizantes do PT para discutir a questão da organização da juventude, com o objetivo de preparar uma plenária de jovens militantes e simpatizantes do PT em novembro. Uma plenária deste tipo será sem dúvida um momento importante para ampliar este trabalho e pode servir como uma alavanca para a preparação de um ENCONTRO NACIONAL DE JOVENS, impulsionado pelo PT, porém aberto à participação de todo jovem disposto a se organizar para lutar pelos seus interesses. Neste momento, a preparação desta plenária deve ocupar um lugar importante na atividade dos jovens militantes do PT. É necessário que os núcleos iniciem esta discussão e se engajem na sua preparação. Para isto, deve ser definida o quanto antes a data da plenária, elaborando-

se convocatórias e outros materiais de divulgação, para que os núcleos possam se engajar de imediato neste processo.

É de particular importância, para se ampliar o trabalho de organização da juventude, que se desenvolva uma atividade voltada aos secundaristas e aos bairros. Nestes locais concentra-se a grande massa da juventude trabalhadora, que na maioria dos casos não conta sequer com sindicatos para lutar por suas reivindicações.

Para que se criem as condições para a realização de um Encontro Nacional de Jovens, que, se bem preparado, poderá se realizar em março próximo, é necessário expandir as iniciativas tomadas em SP para o restante do país. É possível, a partir dos núcleos do PT interessados nesta questão, realizar desde já reuniões com o objetivo de preparar plenárias regionais que discutam a necessidade da organização da juventude, criando assim as bases para um amplo movimento de juventude em nível nacional.

Fonte: *O Trabalho*, n. 83, 29/1- a 4/11 1980, p. 7. Acervo do CSBH-FPA.

b) ESTUDANTES – LANÇADA CORRENTE DO PT

Américo Antunes, Claudio Luis Zarotelli, Eduardo Albuquerque, Fernando Cristofano, Jarbas Barbosa Júnior, João Ribeiro Filho, Jomar Fernandes, Marco Amaral, Olívio Citart e Sebastião (Tião).

Reunidas recentemente, lideranças estudantis de vários pontos do país lançaram um manifesto conclamando todos os estudantes do Partido dos Trabalhadores a formarem uma Corrente Estudantil do PT. Eis a íntegra do manifesto:

Lançamos publicamente a proposta de que os estudantes PT de todo o país busquem avançar em sua unificação política, caminhando para a constituição de uma CORRENTE ESTUDANTIL DO PT.

A CORRENTE deve vir a ser um campo político para o desenvolvimento da intervenção dos militantes estudantis do PT, no movimento estudantil e no interior do partido. Há tantos estudantes do PT pelo país, a força do PT entre os estudantes é grande: por que não buscar romper o isolamento que há entre todos nós?

Afinal, o PT é hoje uma realidade. É um instrumento que, aglutinando inúmeros setores oprimidos e explorados, busca desenvolver uma ação comum entre todos os que são seus militantes, mesmo existindo entre eles inúmeras visões políticas diferentes e em debate. A grande unidade em torno dos princípios do PT convive com a diversidade de opiniões. Os estudantes do PT devem comportar-se como o resto do partido, buscando unificar a ação.

E não é o PT um partido construído sobre a mobilização popular? Não sendo eleitoreiro ou parlamentarista, a intervenção política de seus militantes não é uma necessidade? A CORRENTE PT deve significar o desenvolvimento de uma capacidade de atuação dos militantes estudantis que demonstre claramente que o PT não é um partido só para votar, mas um partido para militância.

Não é à toa que o PT é forte entre os estudantes. Hoje ele é uma articulação política que atrai todos os que estão interessados em desenvolver uma prática política solidária aos trabalhadores, desde dentro da universidade, desde nossas lutas mais imediatas e específicas.

Não há dúvida de que os estudantes simpatizam com o PT pelo que ele é: um instrumento de luta, e não um partido eleitoreiro ou puramente parlamentar, um partido fundado na organização das bases e em sua mobilização, um partido que luta pela organização independente dos trabalhadores.

E, hoje, quem é combativo, quem quer desenvolver uma prática democrática fundada na organização de base, quem reconhece a necessidade de nos aliarmos aos trabalhadores para sermos consequentes com os nossos interesses mais imediatos tem uma grande contribuição a dar para o movimento estudantil brasileiro.

Hoje ele carece de uma intervenção política no sentido de sua mobilização, sua organização democrática e da ruptura de seu isolamento social. A unificação dos estudantes do PT é um passo importante para começar a romper essa situação, exatamente pela contribuição que nós podemos dar.

Não é importante a contribuição que os estudantes podem dar ao PT na discussão de um programa de educação? Não é importante a contribuição que estudan-

tes das mais variadas áreas de conhecimento podem dar às várias discussões que se travam no partido sobre saúde, habitação, infração [sic] etc.?

Certamente a nossa contribuição ao PT não poderá ser dada em toda a sua potencialidade com a gente isolada, desnecessariamente dispersa.

Hoje lançamos essa proposta para ser discutida. Jamais acharemos que a formação da CORRENTE PT é um processo burocrático, um processo de autoproclamação.

Há muita discussão a ser feita. E a ela conclamamos todos os companheiros estudantes. Discussões que devem ser realizadas não apenas entre nós, mas também com as direções do PT. Há uma ação conjunta a ser desencadeada. E será que há algum motivo para que nós, estudantes do PT, não tentemos desenvolvê-la?

Várias reuniões foram feitas. A discussão já começou. Haverá ainda uma reunião no dia 17 de setembro em Belo Horizonte. É uma Reunião Nacional de militantes estudantis do PT em Piracicaba, São Paulo, às vésperas do Congresso da UNE¹. Nela vamos discutir as ideias sobre como unificar todo mundo que é PT, vamos discutir o que dá para ser feito em comum desde já!

A CORRENTE deve ser vista como nada mais do que a busca da unificação da intervenção dos estudantes PT no movimento estudantil. As bases nas quais ela repousará são as mesmas do PT. E poderia ser de outra forma?

Os núcleos estudantis, as plenárias metropolitanas de militantes, os seminários sobre o movimento estudantil, os encontros (a exemplo de como tem funcionado e do que tem sido proposto no PT) devem ser, a nosso ver, a base de funcionamento da CORRENTE.

O método de funcionamento, o do PT: amplas discussões, democracia interna, liberdade de expressão, inclusive para quem é minoria defender os seus pontos de vista.

Os princípios, fundamentalmente os do manifesto e os do programa do PT. E aqui cabe ressaltar dois. A preocupação constante com o crescimento do movimento estudantil em bases democráticas e a intransigente defesa da autonomia e independência das entidades de massa frente ao Estado e aos partidos políticos.

Temos obstáculos para constituir essa CORRENTE? Certamente. Há muitas questões em debate entre nós. Mas é um desafio que devemos aceitar. É uma pura questão de coerência entre quem pretende participar da construção de um partido político dos oprimidos e explorados, um partido de massas para lutar por uma nova sociedade.

A preocupação do PT é a do crescimento do movimento social. A nossa ação política não pode basear-se apenas na nossa unificação.

Os estudantes do PT, lado a lado, como desenvolvimento de nossa personalidade, de nossa presença, devemos ir desenvolvendo uma prática que demonstre o nosso apartidarismo no trabalho das entidades (jamais a despolitização, e sempre o apartidarismo). E uma prática que demonstre a preocupação com o crescimento, a unidade e a democracia no movimento estudantil.

Por isso, achamos que devemos discutir entre nós, intensamente, uma proposta programática dos estudantes do PT para a UNE e posteriormente lançá-la para discussão entre todos os estudantes brasileiros, entre todas as posições políticas.

E devemos trabalhar em conjunto, com todos que se afinarem, se identificarem com nossas propostas. Mesmo que não sejam do PT, num esforço para construir

uma chapa para a nossa entidade que expresse o que há de mais representativo no movimento.

Assim, estaremos combinando duas coisas: a nossa identidade, a unidade dos estudantes PT com a preocupação com o movimento e sua unidade em torno de uma perspectiva de luta firme, combativa, independente e solidária aos trabalhadores.

Nem a diluição nem o sectarismo são alternativas para nós.

Nota da Redação: Américo Antunes – diretor de Imprensa do DCE da Universidade Católica de Minas Gerais; Claudio Luis Zarotelli – vice-presidente do DCE da Universidade Federal do Espírito Santo; Eduardo Albuquerque – ex-diretor do DCE da Universidade Federal de Minas Gerais e membro da Direção Estadual Provisória do PT em Minas Gerais; Fernando Cristofano – coordenador geral do DCE da Universidade Federal de Minas Gerais; Jarbas Barbosa Júnior – coordenador geral do DCE da Universidade Federal de Pernambuco; João Ribeiro Filho – presidente [do DCE] da Universidade Estadual do Maranhão; Jomar Fernandes – presidente do DCE da Universidade Federal do Maranhão; Marco Amaral – secretário-geral do DCE da Universidade do Rio Grande do Sul; Olívio Citart – estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e membro da Direção Municipal Provisória do PT em Porto Alegre; e Sebastião – diretor do DCE da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Fonte: *Em Tempo*, n. 114, 11-24 set. 1980, p. 7. Acervo do CSBH-FPA.

NOTA

¹ União Nacional dos Estudantes, entidade nacional representativa dos estudantes do ensino superior, fundada em 1937. (N. E.)

c) PT JOVEM

O PT jovem está se reunindo na sede do partido todas as quartas-feiras, às 19 horas. Nessas reuniões, os jovens tentam buscar soluções contra o processo de marginalização do jovem na sociedade.

No trabalho, a mão de obra jovem é explorada. Politicamente o jovem não é ouvido, embora seja a maior parte da população, e, os que têm oportunidade de estudar, encontram um ensino fraquíssimo, que, apesar de péssimo, cobram taxas e sobretaxas, além de matrículas e mensalidades exorbitantes.

Companheiros, a hora é essa! Precisamos ocupar o espaço que outros ocupam em nosso nome. Precisamos fazer valer nossas opiniões. Todo o futuro depende do que vamos fazer agora.

Fonte: *Boletim do PT*, Nova Friburgo (RJ), s/n, 08/1981, p. 4. Acervo do CS-BH-FPA.

d) RESOLUÇÕES DO I ENCONTRO ESTADUAL DE JOVENS DO PT-SP

Apresentação

Este boletim é resultado das discussões e deliberações do I ENCONTRO ESTADUAL DE JOVENS DO PT, realizado dia 28 de junho de 1981 em São Paulo.

Convocado pela Direção Estadual do PT-SP e pela Comissão de Jovens de SP, o Encontro Estadual foi uma vitória para a juventude, que demonstrou toda sua disposição de luta e toda sua capacidade de elaboração política que aponte para milhares de jovens uma saída para os seus problemas mais sentidos.

As discussões e propostas contidas neste boletim visam abrir uma discussão com o conjunto do partido sobre a juventude, bem como a necessidade de uma intervenção voltada para esta parcela significativa da sociedade.

Acreditamos que o trabalho com a juventude, que ocorre de maneira diferenciada em vários núcleos e distritos de São Paulo e do Brasil, deve ser discutido pelo conjunto do partido, a partir das experiências que já foram realizadas e das discussões e propostas aqui levantadas.

Esperamos que esta questão seja levada em todos os organismos do PT e junto à própria juventude, como forma de assim avançarmos no processo de organização da juventude brasileira.

COMISSÃO DE JOVENS DO PT-SP - 11/7/1981

A juventude e o trabalho

O problema do desemprego é hoje uma questão que afeta os trabalhadores de quase todo o mundo. É só olharmos à nossa volta e veremos os trabalhadores argentinos realizarem uma greve geral de metalúrgicos contra o desemprego.

No Brasil, com a política recessionista do governo, milhares de trabalhadores começam a perder seus empregos, a sofrer toda sorte de privações, levando milhares de famílias ao desespero.

E quem responde por isto, o trabalhador? Não. Os trabalhadores, a juventude, somente sofrem os efeitos da política do governo e dos patrões. Por isto os trabalhadores devem dizer bem alto: Não temos nada a ver com esta crise. Isto não foi criado por nós. Ela deve ser resolvida pelo próprio governo, pois o que queremos é trabalho e emprego para todos.

E o problema do desemprego diz respeito só ao desempregado? Não. Se existe uma política de conjunto do regime militar para jogar nas costas dos trabalhadores a crise que estes não criaram, os milhares que perderam o emprego são apenas os primeiros a sofrerem os efeitos desta política. Mas, e aqueles que ainda mantêm seus empregos? Sem dúvida, também serão alvo da mesma política!

Portanto, fica evidente que, para se lutar contra o desemprego, os desempregados e os trabalhadores devem se unir uma vez que têm uma luta comum: CONTRA O DESEMPREGO, EMPREGO PARA TODOS.

Desta forma, como o problema do desemprego afeta a juventude? Para ilustrar esta situação, foram levantados os dados de uma matéria publicada pela FSP, em que, segundo dados do IBGE¹ (órgão do governo), em 1980 havia no país 1,2 milhão de pessoas desempregadas, sendo que 107 mil tinham entre 10 e 14 anos; 404 mil entre 15 e 19 anos; 344 mil entre 19 e 24 anos; 158 mil entre 25 e 29 anos; 140 mil entre 30 e 39 anos; e 51 mil entre 40 e 49 anos. Ou seja, em 1980 havia 855 mil jovens entre 10 e 24 anos sem emprego, o que corresponde a 71,25% do total de desempregados!

Estes números, referentes a 1980 e agravados pela acentuação do desemprego deste ano, são expressão bastante clara de uma situação particular, resultado de problemas particulares que vive a juventude. Quais sejam:

- a ausência de um mercado do trabalho para os jovens que se encontram impossibilitados de qualificação escolar que sempre é exigida pelos patrões, como conclusão de 2º grau e diploma universitário, como se todos tivessem acesso ao ensino;

- contrato de trabalho pelo regime-CLT² para os jovens menores de idade e estagiários. Milhares de jovens estão submetidos, em diversos locais de trabalho, a um regime de trabalho intenso. Os patrões empregam uma mão de obra barata, no caso dos menores de idade, e uma mão de obra qualificada, no caso de estagiários (na quase totalidade, composta por estudantes universitários) sem garantir os mínimos direitos que ainda são assegurados pela CLT, como férias remuneradas, INPS etc. Por isto, há necessidade de lutar pela contratação no regime CLT, assegurando a esta parcela da juventude o direito ao trabalho, com estabilidade no emprego;

- garantia no emprego aos jovens em idade de alistamento militar. Os patrões despedem os jovens quando do alistamento militar, ao mesmo tempo em que oferecem emprego àqueles que se encontram nesta fase;

- redução da jornada de trabalho aos jovens sem redução de salário;

- pelo fim do subemprego. Emprego para todos.

Também foi levantada a situação da juventude nos locais de trabalho, onde os jovens são obrigados a realizar um trabalho igual ao dos adultos, sendo que recebem um salário de fome, inferior ao salário-mínimo. O mesmo ocorre em relação à saúde dos menores e à proteção no trabalho, onde muitos perdem suas vidas, ficam doentes aos 16 anos de idade, impossibilitados de trabalhar até o final de suas vidas, como é o caso de vidreiros.

O problema da discriminação racial que sofrem os negros, e o problema da discriminação sexual que sofrem as mulheres e os homossexuais, foi colocado como uma das bandeiras de luta a serem levantadas.

Ou seja, ainda em relação aos problemas da juventude no trabalho, foram levantadas as seguintes bandeiras:

- pelo fim das horas extras;

- proteção particular aos jovens com relação à salubridade e acidentes de trabalho;

- salário igual para trabalho igual;

- contra a discriminação racial e sexual nos locais do trabalho;

- facilidade de transporte e meia passagem aos trabalhadores.

Como proposta do I Encontro a ser encaminhada, foi aprovada a realização de uma JORNADA DA JUVENTUDE CONTRA O DESEMPREGO, com data indicativa

para a segunda quinzena de agosto, que contaria com a participação da juventude do PT, além da juventude do PMDB³, PDT⁴, entidades estudantis como a UNE, UEE⁵, UMS⁶, além da pastoral da juventude da igreja⁷, entre outros.

Esta jornada seria organizada a partir dos bairros, fábricas escolas, onde se discutiria mais aprofundadamente com o conjunto da juventude os pontos levantados pelo encontro, além de outros que surgirem. Esta jornada concluiria com a sintetização das reivindicações, que seriam entregues ao governo estadual.

Será necessário entrar em contato com os partidos e demais entidades no sentido de levar adiante esta proposta de uma jornada da juventude.

Também foi aprovada a participação da Comissão de Jovens do PT-SP nas diversas atividades em andamento no que se refere à luta contra o desemprego, bem como o apoio efetivo aos trabalhadores em luta.

A juventude e a educação

Existem no Brasil cerca de 15 milhões de estudantes de 1º e 2º graus e cerca de 1,5 milhão de universitários. Outros 30 milhões de jovens em idade escolar não estudam. A partir desta realidade objetiva que a cada dia piora, o Encontro de Jovens do PT definiu um programa de 10 pontos.

Considerando que um terço dos jovens da população brasileira que estudam, mais de 40% no secundário e 70% no universitário, o fazem pagando, isto é, não tem direito ao ensino gratuito, o Encontro definiu como eixo desse programa a luta pelo Ensino Público e Gratuito para todos. Esse pequeno programa é o início da construção de uma linha de política para a Educação e de política estudantil, carecendo de maior aprofundamento de uma série de questões, entre outras a do verdadeiro caráter das APMs (Associação de Pais e Mestres) ou o problema básico da alfabetização em um país de 30% de analfabetos.

Esta proposta é, portanto, indicativa à Direção do PT.

Além do programa de 10 pontos, o I Encontro decidiu, em nível de encaminhamentos, apoiar todas as decisões das instâncias do movimento estudantil, secundarista e universitário, em especial a perspectiva da greve nacional universitária e a decisão de consenso dos estudantes secundaristas de um Dia Estadual de Luta, em 20 de agosto, com a entrega das reivindicações à Secretaria de Educação, e o apoio à greve Estadual de 10 de setembro caso as reivindicações não sejam atendidas. Esta greve tem a duração de um dia.

Os 10 pontos aprovados são:

- 1) Ensino público e gratuito para todos.
- 2) Nenhum aumento a mais este ano nas escolas pagas.
- 3) Nenhuma cobrança de taxa nas escolas públicas (apm, matrículas etc.).
- 4) Por 12% do orçamento federal e 25% do estadual e municipal para a educação.
- 5) Vagas para todos em todos os níveis.
- 6) Pelo passe escolar para todos os estudantes.
- 7) Contra a repressão, por todas as entidades livres e seu reconhecimento pelo governo.

8) Pela união de toda comunidade escolar, alunos, professores e funcionários; e formação de comissões paritárias que democratizem a estrutura escolar.

9) Pela regulamentação dos cursos técnicos e dos estágios remunerados, com contrato para os alunos.

10) Por melhores condições de ensino, por creches públicas em todos os bairros e escolas, sob o controle dos moradores.

Foi ressaltada também a importância de que a juventude do PT atue unida e se coloque na cabeça do movimento estudantil, sendo os melhores combatentes das lutas que hoje a UNE, UEEs, Umes e demais entidades estudantis vêm levando.

A juventude e a política

Apesar de a juventude, em toda a sua história, nunca ter tido uma organização de massa, ela se movimentou hoje nas diversas regiões do país levantando suas bandeiras de luta próprias. Os estudantes secundaristas e universitários se mobilizam pelo Ensino Público e Gratuito; em diversos bairros os jovens reivindicam locais de lazer para o desenvolvimento de atividades culturais e esportivas – a luta pelos centros de vivência e centros esportivos –, os jovens se mobilizam nas fábricas e demais locais de trabalho na luta contra o desemprego e contra a exploração no trabalho a que estão submetidos, enfim, são milhões de jovens que procuram a satisfação de suas reivindicações mais elementares, onde simplesmente estão marginalizados da vida social e política do país.

O movimento da juventude ainda permanece fragmentado e desorganizado; suas reivindicações são as mais diversas, com características diferentes em cada setor e em cada local, porém todos esses movimentos possuem um elemento em comum: se chocam em sua esmagadora maioria com o principal responsável pela situação em que se encontram – o governo, que não responde e não tem interesse em responder as questões que estão sendo levantadas.

Não é por outro motivo que o movimento dos jovens, a despeito de suas particularidades, se integra ao movimento dos trabalhadores e dos demais setores oprimidos na luta contra a ditadura militar.

Hoje, os interesses da juventude em melhorar suas condições de vida são os mesmos da maioria da população. Estes interesses se chocam a todo o momento com as medidas do governo, que só atende aos interesses do patrão.

É por isto que no I Encontro Estadual de Jovens do PT concluímos uma série de questões que dizem respeito à situação política do país:

Pelo chamamento à Greve Geral dos trabalhadores, caso o governo dos patrões não atenda às reivindicações levantadas por Lula no 1º de Maio. Em todos os locais, fábricas, bairros e escolas, deve ser divulgada esta proposta, realizando discussões.

Pela absolvição de Lula e demais enquadrados na LSN. Contra a condenação dos jornalistas do jornal *Hora do Povo*⁸.

Contra o terror; pela punição dos responsáveis que a polícia conhece; pelo desmantelamento dos DOI-Codi⁹

Fim da discriminação à organização sindical e política da juventude; que os jovens tenham o direito de se organizar livremente em partidos e sindicatos.

Pela construção da Juventude do PT; que os jovens se organizem junto dos

trabalhadores, no seu partido – PT – organizando as lutas da juventude, construindo um partido de massas.

Foram levantadas algumas questões para serem discutidas por todo o partido, como proposta indicativa, ou seja, pelo direito do voto aos jovens em idade acima de 16 anos; pois hoje têm direito ao voto somente os jovens maiores de 18 anos, e uma parcela imensa da juventude se vê alijada da participação política. Também se levantou como questão a ser discutida a proposta da Assembleia Nacional Constituinte, livre, soberana e democrática.

A juventude, a cultura e o lazer

A juventude, assim como toda a população, está impedida de ter acesso à cultura e às artes; e isto acontece como consequência da ausência de incentivos e investimentos públicos que possibilitem aos jovens, em particular, o desenvolvimento de atividades esportivas, artísticas, a discussão das informações científicas, enfim, do que a juventude anseia conhecer e desenvolver.

Aliado ao descomprometimento do governo, existem ainda outras barreiras que privam mais ainda o pleno acesso à cultura. A censura é uma das barreiras, visto que são utilizados critérios políticos ou de valor moral (do ponto de vista da classe dominante) a partir dos quais se proíbem livros, músicas, espetáculos teatrais... restringindo assim o acesso às diversas manifestações culturais. Com isto, milhares de jovens, das mais diversas faixas de idade, são sempre impedidos de verem ou ouvirem diversos trabalhos em nome da preservação dos “bons costumes”.

A situação econômica dos trabalhadores e da juventude, que se deteriora a cada dia, impede objetivamente a participação em cinemas, teatros, *shows* etc., em decorrência dos altos preços que são cobrados.

Porém, não se trata somente de assegurar o direito à juventude de participar dessas atividades, mas também de garantir à juventude o acesso à produção cultural, visto que milhares de jovens anseiam o desenvolvimento de suas qualidades artísticas e não encontram um espaço próprio para tanto, nem as condições materiais adequadas.

Em função disso, foram aprovadas as seguintes bandeiras de luta:

- Pleno acesso à cultura e às artes.

- Fim da censura em todos os níveis.

- Pela criação de Centros Culturais e Esportivos nos bairros, sob controle dos moradores, sendo que cabe ao governo arcar com as verbas necessárias ao seu funcionamento, uma vez que é de responsabilidade do Estado a garantia da formação cultural da juventude e de toda a população.

- Pela criação de bibliotecas públicas nos bairros, sob controle dos moradores.

Como proposta a ser realizada em setembro, foi aprovada a realização de uma MOSTRA CULTURAL (Feira de Arte), de todo o estado, aberta à participação de todos os jovens, a ser organizada pela Comissão de Jovens do PT-SP, por bairros e cidades de SP.

Ainda neste grupo, foi levantada a questão da discriminação dos negros, dos homossexuais e das mulheres, em que o Encontro se posicionou contra esta discriminação, além de levantar a necessidade de se abrir esta discussão ao interior do PT, como forma de ampliar o que é tratado de maneira pejorativa.

A mesma questão diz respeito ao uso das drogas por parte da juventude, particularmente, em que foi aprovada a realização de um debate sobre este tema, a ser marcado. Um outro debate sobre a questão da discriminação sexual e racial também deverá ser realizado.

A juventude e sua organização

A partir das experiências realizadas por diversos núcleos e distritos da capital, grande São Paulo e interior em relação ao trabalho com a juventude, e como forma de chamar os jovens para discutirem e encaminharem suas reivindicações, foram formadas COMISSÕES DE JOVENS DO PT a partir dos núcleos.

Estas comissões são um canal de expressão para inúmeros jovens militantes e simpatizantes do PT, que discutem e encaminham as reivindicações da juventude de bairro, locais de trabalho etc., além de ser uma importante base para a implantação e ampliação do trabalho do partido junto à juventude.

A criação destas comissões se dá a partir dos núcleos do partido, que discute primeiramente a possibilidade real do trabalho com os jovens nas diversas frentes de intervenção, particularmente nos bairros, evitando assim a criação artificial de comissões.

Foi aprovada ainda a inclusão desta discussão no ponto de regimento interno na Pré-Convenção do PT-SP, que será encaminhado a partir da Direção do Partido, através de um documento elaborado pela Comissão de Jovens do PT-SP .

Fonte: *Folheto de divulgação*, 1981. Acervo do CSBH-FPA.

NOTAS

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, fundado em 1934. (N. E.)

² Instituída pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) unificou as lei trabalhistas existentes no Brasil até então. (N. E.)

³ Partido do Movimento Democrático Brasileiro, fundado em janeiro de 1980 a partir do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição durante o período de bipartidarismo da ditadura militar, extinto em 1979 com o restabelecimento do pluripartidarismo. (N. E.)

⁴ Partido Democrático Trabalhista, fundado em setembro de 1980 sob a liderança de Leonel Brizola depois de disputar com Ivete Vargas o registro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no qual ambos atuaram até 1965. (N. E.)

⁵ União Estadual dos Estudantes, entidade que representa, em nível estadual, os estudantes de nível superior. A UEE-SP foi fundada em 1949.

⁶ União Municipal dos Estudantes Secundaristas, entidade que representa, em nível municipal, os estudantes de primeiro e segundo graus, que atualmente correspondem ao ensino fundamental e médio, respectivamente. (N. E.)

⁷ Também conhecida pela sigla PJ, a Pastoral da Juventude é uma organização de jovens vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e influenciada pela teologia da libertação. (N. E.)

⁸ Periódico da imprensa alternativa, à época editado pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), hoje Partido Pátria Livre (PPL). O jornal *Hora do Povo* continua em circulação nos dias atuais. (N. E.)

⁹ Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna, órgãos de inteligência e repressão subordinados ao Exército, criados a partir da Operação Bandeirantes (Oban) em 1969, sob a orientação da Doutrina de Segurança Nacional, com o objetivo de coordenar e articular as ações de investigação e perseguição de militantes e organizações de esquerda durante a ditadura militar. (N. E.)

e) ESTUDANTE TRABALHADOR

*Paulo Frateschi*¹

São 11:30 da noite. No bairro, uma certa vida toma corpo. Uma vida corrida e apressada, alegre e triste ao mesmo tempo. São milhares de estudantes saindo das escolas, correndo para pegar o último ônibus (ou trem) ou mesmo descolar uma carona.

Por isso, o movimento é muito rápido, não dá nem tempo de um cafezinho.

Vão saindo aos pares, aos bandos, ligeiros, muitas vezes falando alto como se quisessem perturbar quem já está bem acomodado.

Chegar “cedo” em casa é uma necessidade para cumprir as magras horas de repouso também ligeiro. No dia seguinte começa tudo de novo, e acordar bem cedo, batalhar a condução, almoçar mal, à tardinha sair correndo do serviço, tentar jantar em casa, não perder a 1ª aula, lutar contra o sono nas cinco aulas, correr de novo para casa e aproveitar um pouco a cama.

Esse é o cotidiano do trabalhador que estuda. Esse jovem que muito cedo teve que vender a sua força de trabalho para ajudar a sobrevivência da família.

Isso é que é resistência.

Muitos sonhos, poucas certezas. Nada garante que chegarão ao final do curso. Nada garante que continuarão empregados. Nada garante que suas vidas melhorarão com todo esse sacrifício.

Num país onde o governo acha que pagar melhores salários gera inflação, que diminui ano após ano as verbas para a educação, que fecha cursos noturnos e conserva salas ociosas, que impede a abertura de novas turmas de 2º grau², e muito mais, a única certeza que podemos ter é que só com muita luta conseguiremos virar essa situação.

E essa é a luta do Partido dos Trabalhadores.

Somo um partido que “acredita que Educação é um direito e não um privilégio de classe”. Lutamos por um ensino público e gratuito em todos os níveis. Queremos impedir que a Educação seja objeto de lucro. Queremos, sim, que o ensino sirva aos interesses dos trabalhadores, que lhes traga o conhecimento dos problemas sociais, da história e das lutas de nosso povo.

O PT sabe que sua proposta empolga o jovem trabalhador. Então o PT tem que estar nessa correria das onze e meia da noite nos pontos de ônibus, nas estações, nas saídas das escolas, levando sua proposta de luta.

Fonte: *PT Saudações*, região oeste-noroeste de São Paulo (SP), n. 2, 2/1982, p. 4. Acervo do CSBH/FPA.

NOTAS

¹ Membro do Diretório Regional e militante do Diretório da Lapa.

² Nível de ensino que, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996), passou a denominar-se ensino médio. (N. E.)

f) O 38º CONGRESSO DA UNE, A VITÓRIA DO MOVIMENTO E DO PT: OS DESAFIOS COLOCADOS

Cezar Alvarez¹

O 38º Congresso da UNE, realizado dias 9, 10, 11 e 12 de outubro, em Campinas, foi fruto de um derradeiro esforço dos petistas em trazer a UNE de volta aos estudantes, caracterizada como um aparelho do PCdoB², desgastada e desconhecida da grande maioria dos estudantes. Nossa vitória é apenas um primeiro passo na enorme caminhada capaz de fazer o ME³ brasileiro retomar seu lugar de destaque ao lado das lutas do povo brasileiro. A crise do Movimento Estudantil, ainda que apresentando sinais iniciais para a superação, exigirá no próximo período um esforço concentrado e coletivo de nosso Partido na elaboração e implementação de novas dinâmicas capazes de buscar respostas que hoje o PT e o Movimento ainda não têm. Ainda que com enormes dificuldades, os petistas chegaram ao Congresso com uma Coordenação Nacional eleita em Encontro Partidário, teses políticas gerais e específicas e já aglutinando em torno de si toda uma expectativa de “virada” por parte de amplos setores do Movimento, tanto em campo simpatizante próximo e independente, mas também em relação a outras forças organizadas que não a diretoria anterior.

O 38º Congresso

O Congresso contou com aproximadamente 2.267 delegados representando cerca de 1.465 cursos/escolas do Brasil. A bancada petista, a maior do Congresso, teve ao redor de 730 delegados. Por dedução, a partir de diferentes alinhamentos em distintas votações, as demais “bancadas” tinham a seguinte participação: PCdoB – 700; Independentes – 250; PCB⁴ – 170; PMDB e MR8⁵ – 120; Coletivo Gregório Bezerra⁶ – 60; Prestistas⁷ – 40. A condução do Congresso foi extremamente difícil, desde as polêmicas quanto a problemas de credenciamento até a composição da mesa, passando pelo espaço físico das bancadas nas arquibancadas até a guarda e destino dos recursos arrecadados com a taxa de inscrição (Cz\$ 1.193.000). Nossa bancada trabalhou sempre com a perspectiva do “Estouro” por parte do PCdoB e definiu uma atuação que isolasse o PCdoB, objetivando alcançar as seguintes metas: 1) unificar a atuação do partido; 2) criar um campo de oposição amplo à Diretoria da UNE, porém baseado em dois pontos centrais: a) oposição à Nova República, governo Sarney e denúncia da transição conservadora⁸; b) contra os métodos anti-democráticos e aparelhistas da direção da UNE; e 3) a partir do ponto 2, obter uma vitória eleitoral.

Os resultados

Após ganhar e perder votações, sempre por um número pequeno de votos, chegamos na noite do último dia à discussão da questão da proporcionalidade ou não da diretoria a ser eleita naquele Congresso. Esta questão foi a polêmica central

entre os petistas no processo de preparação do 38º Congresso. Nossa posição, por votação majoritária em plenária realizada na manhã do mesmo dia, foi contrária à proporcionalidade. Alinharam conosco a maioria das forças, à exceção do PCdoB e PCB. Os identificados como independentes se dividiram. Após 3 horas para votação e anúncio do resultado, obteve-se uma escassa margem de 17 votos – favoráveis à chapa majoritária, contra o critério de proporcionalidade. Com o tumulto e o posicionamento, naquele instante ambíguo, quanto ao reconhecimento do resultado e do próprio 38º Congresso, retira-se a bancada do PCdoB na madrugada (hoje já se assumem como oposição à nova diretoria). É a única retirada. O PCB, perdedor da votação, reconhece o Congresso e o legitima, mantendo sua bancada presente. Às 3h30 da manhã da terça-feira, dia 13 de outubro, é apresentada e aprovada pela totalidade dos delegados (com 30 abstenções) uma chapa composta de 21 membros, 17 petistas, 2 prestistas, 1 C. G. Bezerra e da dissidência paulista do PCdoB. Seu programa é aquele definido nas instâncias da bancada petista. Fecham-se as cortinas; abre-se um novo período.

Os enormes desafios e nossa responsabilidade

A vitória dos estudantes e do PT no 38º Congresso abre um novo período. Alimentará recomposições e reconstrução de inúmeras entidades de base e geral. Uma perspectiva de unificação e centralização para o enfrentamento com a política da Nova República para a universidade. Precisamos reconhecer que não temos, hoje, acúmulo de elaboração e organização suficiente para as respostas imediatas que o movimento exige.

Apesar de ser uma chapa de composição, nossa força interna e volume de atuação a caracterizam como uma chapa petista. As responsabilidades dos dirigentes estudantis petistas é a exata responsabilidade do Partido, mais exatamente, de nossa Direção Nacional.

Plano de ação

Um plano de ação para a atual gestão deve considerar três aspectos básicos: 1) é preciso uma campanha de massa que extrapole os estudantes, envolvendo-os em tarefa política mais ampla que sirva aos interesses do povo brasileiro. Uma campanha que restitua à UNE credibilidade e um papel para o conjunto da sociedade. A diretoria já esboça um Projeto Contra o Analfabetismo, visando a atuação direta dos estudantes em Campanha Nacional Conjunta e/ou apoio ONU⁹, CNBB¹⁰, Paulo Freire¹¹ etc.; 2) o Movimento já exige respostas imediatas a questões nas quais ainda não temos acúmulo suficiente, ao menos em nível estudantil. Estamos propondo um seminário sobre universidade que envolva o conjunto do Partido na preparação e execução (Secretaria de Formação, Comissão de Educação, militantes Andes¹² e Fasubra¹³ etc.); 3) objetivos específicos precisos e limitados à dimensão política e organizativa da UNE em reconstrução. Tecer uma rede de instâncias e relações com entidades de base, entidades de áreas específicas, descentralização e regionalização para acompanhamento e unificação dos movimentos e lutas. Política de comunicação de massa.

Proposta de funcionamento e calendário de atividades

Existe uma Coordenação Nacional, eleita no 1º ENEPT¹⁴, encarregada de organizar e preparar nossa atuação no 38º Congresso e realizar o 2º ENEPT (indicativo original – dezembro de 1987). Elegemos 17 na chapa. Acordamos um funcionamento inicial somando o conjunto de membros da chapa e coordenação num total de 22 companheiros (7 da chapa são também da coordenação). A este agregariamos um representante de Sec. Estudantil de Estado não representado até o momento. Seriam mais 13 pessoas (SC, MS, DF, ES, BA, PI, RN, CE, PB, AM, MA, RO, AC). Este seria o coletivo, que teria sua primeira reunião nos dias 16 e 17 de dezembro. Desta reunião sairá uma proposta mais definitiva, inclusive em termos de Comissão Executiva deste Coletivo Nacional.

Esta proposta, a ser aprovada na executiva e DN de 30 e 31 de outubro e 1º de novembro, será discutida em Plenária Nacional de Petistas presentes no ato da posse (20 de novembro – 18h, Largo São Francisco) e, posteriormente, na reunião do coletivo nacional (16 e 17 de dezembro), onde também se discutirá, prioritariamente, o Plano de Trabalho da Gestão. Me proponho a continuar coordenando este setor.

Outra proposta, mais ampla, propõe um seminário sobre juventude (início de março).

[...]

ADENDO – Funcionamento da coordenação e da bancada petista no 38º Congresso

O PT chegou ao 38º Congresso com uma coordenação composta por 13 estudantes eleitos no 1º ENEPT (agosto-SP). No Congresso, criamos mais duas instâncias, a coordenação ampliada, com 1 representante por delegação de Estado, e uma executiva de 5 pessoas para coordenação de contatos/alianças e intervenção em plenário. Como instância superior à Plenária de Delegados Petistas, realizamos duas. Nossa atuação baseou-se sempre na necessidade de uma postura unitária e partidária, sem deixar de levar em conta a existência de tendências organizadas. Um trabalho difícil, de busca de consenso e, simultaneamente, imposição de posição de maioria, teve no conjunto das forças uma atuação firme na postura e atuação enquanto um **Partido**. Cabe assinalar, como exceção, os estudantes identificados com a Corrente Convergência Socialista¹⁵. Com teses próprias desde o processo preparatório, não se submetendo às deliberações do coletivo e agindo sempre como bloco próprio, inclusive na relação com as demais forças, merece nosso repúdio, e conseqüentemente proponho a advertência nos termos do Regimento Interno. Merece especial destaque o apoio dado pelo conjunto do DM¹⁶ de Campinas, em especial o companheiro Celso. Em termos políticos gerais e organizativos (infraestrutura de transporte, imprensa, gráfica e datilografia). Nossa companheira Sônia¹⁷, sec. executiva da Sec. Nacional de Movimentos Populares, foi eleita madrinha da UNE.

(30/10/1987)

Fonte: *Relatório crítico da CEN e do DN ao V Encontro Nacional do PT*, 1987, p. 75-79. Original mimeo. Acervo do CSBH-FPA.

NOTAS

¹ Membro do Diretório Nacional do PT, foi secretário nacional de Juventude do PT entre 1988 e 1990. (N. E.)

² Sigla do Partido Comunista do Brasil, organizado em 1962 a partir de uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB). (N. E.)

³ Sigla utilizada para referir-se ao Movimento Estudantil. (N. E.)

⁴ Sigla do Partido Comunista Brasileiro, fundado em março de 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil (PCB), e extinto em seu X Congresso, em 1992, no contexto da crise do Leste europeu. (N. E.)

⁵ Movimento Revolucionário 8 de Outubro, denominação adotada em 1969 – a partir do sequestro do embaixador americano no Brasil, Charles Burke Elbrick – pela Dissidência da Guanabara (DG), uma organização de esquerda formada a partir de uma cisão do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1966. Nos anos 1970, seus membros ingressam no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), permanecendo no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) até a fundação do Partido Pátria Livre (PPL), em abril de 2009. (N. E.)

⁶ Organização política de esquerda que tem origem no acirramento de divergências internas do Partido Comunista Brasileiro entre 1979 e 1980. Como aglutinação de parte dessas dissidências, sobretudo a partir do coletivo existente no Rio de Janeiro em 1980, realiza-se em 1983 a I Conferência da nova organização, que passa a denominar-se Coletivo Fluminense para a Construção do Partido Comunista (CFCPC). Em 1986, o CFCPC realiza sua II Conferência Estadual, acompanhada por convidados representando coletivos existentes nos estados de SC, GO e MG. Ao final da conferência, o CFCPC decidiu assumir a denominação de Coletivo Gregório Bezerra-RJ (CGB-RJ), no que foi seguido pelos demais coletivos estaduais ali presentes. (N. E.)

⁷ Designação dada aos seguidores de Luiz Carlos Prestes (1898-1990), liderança histórica do PCB que havia saído do partido em 1982. (N. E.)

⁹ Organização das Nações Unidas, fundada em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, substituindo a Liga das Nações no objetivo de manter a paz e promover a cooperação internacional. (N. E.)

¹⁰ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, fundada em 14 de outubro de 1952. (N. E.)

¹¹ Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997), educador. No início da década de 1960, foi um dos fundadores do Movimento de Cultura Popular de Recife. Em 1963, foi nomeado pelo governador de Pernambuco, Miguel Arraes, membro do Conselho Estadual de Educação. No ano seguinte, encontrava-se em Brasília, envolvido no Programa Nacional de Alfabetização, quando ocorreu o golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart. Imediatamente foi afastado do Conselho Estadual de Educação e, considerado subversivo pelo militares, preso logo após o golpe, permanecendo detido por 72 dias. Depois de liberado, deixou o país, retornando em 1980. Nesse mesmo ano, foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) e passou a lecionar na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e na Universidade de Campinas, onde

permaneceu até 1990. Foi secretário de Educação do município de São Paulo na gestão da prefeita Luiza Erundina, do PT, entre 1989 e 1991, ano em que foi fundado o Instituto Paulo Freire nesta mesma cidade. Reconhecido mundialmente, recebeu por seu trabalho diversos prêmios e homenagens, destacando seu inovador método de alfabetização de adultos. (N. E.)

¹² Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, fundada em 1981. Após a promulgação da Constituição de 1988, a associação tornou-se o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior. Atualmente utiliza a sigla Andes-SN, para indicar que se trata de um sindicato nacional. (N. E.)

¹³ Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras, fundado em 1978 sob a denominação Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras. (N. E.)

¹⁴ Encontro Nacional de Estudantes Universitários do PT (N. E.)

¹⁵ Organização de esquerda de orientação trotskista surgida em 1978 e atuante no interior do PT até 1992. Seu processo de reorganização resulta na criação do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) em 1994. (N. E.)

¹⁶ Diretório Municipal do PT. (N. E.)

¹⁷ Sônia Hypólito (1946) foi militante do Movimento Estudantil da Universidade de Brasília (UnB) e da União Nacional dos Estudantes (UNE), sendo indiciada pelo Dops de São Paulo por atividades consideradas de caráter subversivo ocorridas durante o XXX Congresso da UNE, realizado em Ibiúna (SP), em outubro de 1968. Em outubro de 1973, teve seus direitos políticos suspensos em função de sua atuação contra a ditadura militar brasileira e permaneceu exilada até 1976. Em 1979 começou a militar no PT, no qual exerceu a função de secretária nacional de Movimentos Populares, entre 1993 e 2001. Recebeu anistia, concedida pelo governo federal, em março de 2011. (N. E.)

g) JUVENTUDE: AVANÇAR NA DISCUSSÃO¹

A construção do PT como um partido de massas, democrático e socialista, na via da revolução, tem como uma de suas pré-condições a elaboração teórica e prática sobre diversos setores sociais não vinculados diretamente ao critério de classes, como a questão da mulher, do negro, das minorias. A juventude é, pois, um setor social ao qual o partido se volta para ter propostas concretas de ação e organização anticapitalista.

Não é preciso falar muito da importância do trabalho com a juventude, pois trata-se de uma parcela significativa da população trabalhadora brasileira e constitui-se potencialmente como uma das principais forças nos movimentos de contestação à moral, à cultura, à ideologia das classes dominantes.

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer o caráter inicial de nossa discussão e a necessidade de aprofundamento em todas as instâncias partidárias. Esta discussão vem sendo travada principalmente com o setor estudantil do partido, mas deverá ser socializada para todas as frentes de intervenção do PT.

Não basta dizer que deveremos ter propostas sobre a questão do mercado de trabalho, das drogas, da sexualidade, da frustração do jovem perante a realidade castradora do capitalismo. É preciso avançar no processo de ELABORAÇÃO e FORMAS DE ENCAMINHAMENTO.

A elaboração de um projeto para a juventude coloca-nos diante de uma série de questões que tem [sic] desdobramentos bastante complexos. Qual a relação que o partido tem que ter com a juventude, no que se refere a sua organização? Que tipo de atitude deveremos desenvolver ante problemas como o das drogas, da ecologia, da moradia, do mercado de trabalho, da educação...? Em que medida “trabalhar” estas questões poderá acumular no sentido da organização e da participação ativa e massiva da Juventude? etc...

Não podemos simplesmente ter uma postura internista com a juventude, a exemplo da Juventude Socialista (UJS)² que é um braço do PCdoB utilizando-a como correia de transmissão do Partido. Aliás os rachas na UJS que ameaçam o controle do PCdoB sobre a UBES³ originaram-se deste problema.

O trabalho em torno da juventude abrange setores da juventude estudantil, trabalhadora, urbana e rural e a juventude marginal, que não esta inserida no processo produtivo nem é estudante. Neste sentido é importante que a CUT⁴ desenvolva também uma política para a juventude trabalhadora.

Todos os questionamentos da juventude se mostram, na realidade, a negação dos valores e imposições das relações culturais e ideológicas resultantes da sociedade de classes. É tarefa nossa contribuir na não dispersão da “Energia Explosiva”, natural à juventude oprimida.

O PT tem feito avanços importantes neste sentido. A constituição de uma Secretaria Nacional de Juventude, responsável pela elaboração e efetivação de uma política para a juventude. Neste ano esta questão assume um contorno institucional relevante, com a incorporação de 5,7 milhões de jovens com mais de 16 anos que poderão votar, sendo alvo fácil das propostas demagógicas dos partidos burgueses. O PT pela sua postura e ética política, tem, evidentemente, grande espaço junto a esta

juventude e deve chamá-la para o alistamento eleitoral em massa e a incorporação, como já faz, na vida orgânica do país.

Neste semestre o partido organiza também o seu setor secundarista que tem enormes potencialidades de se consolidar.

Para aprofundar estas questões propomos que, com a formação da secretaria nacional de juventude, se convoque um Seminário Nacional de Juventude que aprofunde a discussão e indique um conjunto de propostas e encaminhamentos para que as instâncias partidárias capitalizem esta questão, enfocando em especial a questão estudantil.

Em nível regional propomos que num primeiro momento as Secretarias de Juventude sejam formadas em separado das Secretarias Estudantis.

Uma das atividades em que o PT poderá se destacar para abrir uma discussão com a juventude é a realização de seminários e estudo sobre 68⁵, num momento em que diversas universidades e centros de pesquisa retomam as questões, de seu potencial revolucionário, sua rebeldia e suas causas.

É fundamental também que o PT se oriente na participação e organização do I Encontro Nacional de Juventude da UNE, previsto para este ano (88).

Propostas em relação à juventude

O PT desenvolverá a proposta de realização de I Seminário Nacional de Juventude.

O II ENEPT orienta que as secretarias estudantis realizem a discussão de organização e lutas da juventude.

A instância coordenadora das atividades de juventude que impulsionará a formulação de um projeto de juventude para o PT será a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) ligada a Comissão Executiva Nacional.

O PT orientará o conjunto de seus militantes e de suas instâncias para que, na medida do possível, participem e divulguem o Encontro Nacional de Juventude organizado pela UNE.

Fonte: *Resoluções II ENEPT*, 1988. Original mimeografado. Acervo do CSBH/FPA.

NOTAS

¹ Resolução aprovada no 2º Encontro nacional de Estudantes Universitários do PT, realizado nos dias 13, 14 e 15 de maio de 1988, em São Bernardo do Campo/SP. (N. E.)

² União da Juventude Socialista, organização de jovens fundada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em 1984. (N. E.)

³ União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, entidade nacional representativa dos estudantes dos ensinos fundamental, médio e técnico, fundada em 1948. (N. E.)

⁴ Central Única dos Trabalhadores, fundada em 28 de agosto de 1983, em São Bernardo do Campo. É uma organização sindical de trabalhadores de abrangência nacional que surgiu a partir das greves do ABC paulista, ocorridas a partir de 1978 e tendo à frente o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. (N. E.)

⁵ O texto se refere ao ano de 1968, marcado por mobilizações e eventos históricos que envolveram jovens ao redor do mundo. Entre eles a ascensão do movimento feminista, a greve geral na França, as manifestações estudantis na Alemanha, a ocupação de universidades na Itália e na Espanha, os protestos nos EUA pelos direitos civis e contra a Guerra do Vietnã, a Primavera de Praga e a ocupação da Tchecoslováquia pelas tropas da URSS, a Revolução Cultural em curso na China, a Passeata dos 100 mil, as mobilizações estudantis e a decretação do AI-5 no Brasil. (N.E.)

h) VOTO AOS 16, UMA BANDEIRA DO PT

Cezar Alvarez¹ e Jackson de Toni²

O voto aos 16 anos, uma bandeira antiga, sempre defendida pelos movimentos que atingem a juventude, foi aprovado pelo Congresso Constituinte. Nosso Partido tem muito pouca discussão acumulada sobre a chamada questão da juventude – ou serão questões da juventude? Nosso Projeto de Constituição³ incorpora lutas que atingem diretamente jovens, como o próprio voto aos 16 anos, o fim do serviço militar obrigatório, as diferentes formas de discriminação, o autoritarismo da escola e do ensino.

Mas será que listar tudo isso basta para um Partido com o compromisso de profunda transformação social, de construção de uma nova sociedade socialista, como o nosso? Ou será preciso desenvolver toda uma elaboração política e prática para nos dotar de condições de, enquanto partido político, contribuir para que os movimentos de juventude sejam força a somar-se no campo da luta anticapitalista e, por que não, revolução?

A aprovação do voto aos 16 anos certamente suscitou esse tipo de questionamento em muitos companheiros do partido.

Sem dúvida ela acontece tardiamente, pois desde o surgimento do PT que centenas de jovens se incorporam à vida partidária, se engajando em seus núcleos, suas atividades, decidindo e implementando seus rumos sem que o Partido tenha elaborado profundamente sobre esta questão.

Esta responsabilidade é de todo o Partido; aliás, um partido jovem com milhares de jovens, de suas instâncias de base até sua direção nacional, que deve impulsionar e abrir o debate em todas as frentes.

Nosso partido não pode precipitar esta discussão, saindo a construir juventude petista ou movimento de juventude que acabam tornando-se mera fachada e aparelho para a aplicação de nossas políticas. Resolver problemas de elaboração política e acúmulo teórico/prático como métodos puramente organizativos não produzirá frutos.

Precisamos pensar, trabalhar, trocar experiências e elaborar em vários níveis. Um desses diz respeito ao trabalho cultural do Partido, que tem um potencial de impacto em relação às variadas preocupações da juventude. É o problema da subversão cultural, da expressão independente da cultura enquanto consciência social política daquilo que oprime seus desejos de liberdade e criação, da construção de espaços alternativos aos eventos que são construídos para a juventude, onde o espaço de encontro e libertação – vide os festivais globais – é extremamente direcionado pelas necessidades impostas pelo mercado de consumo capitalista.

Outro nível de elaboração diz respeito aos aparelhos de controle ideológico, como a escola a serviço das classes dominantes, o militarismo do Estado, o condicionamento das relações interpessoais, que envolve a questão da sexualidade livre, da disposição autônoma do próprio corpo; enfim, toda uma gama de questões que o pensamento herdado da esquerda ortodoxa tentou apagar, tachando de “reformismo” ou “aspiração pequeno-burguesa”.

Se nos recusarmos a contribuir para dar sentido revolucionário para as lutas da juventude, certamente alguém o fará. Porém, em sentido inverso, na direção do reformismo ou, pior ainda, na fragmentação, no ceticismo, na alienação política que conduz, cada vez mais, milhares de jovens à fuga da realidade opressora do capitalismo.

Neste momento, o fundamental é assegurar o debate interno no Partido, e para isso o PT já organiza atividades concretas. Está marcado para o mês de maio o 2º Encontro Nacional de Estudantes do PT, que tem em sua pauta toda essa discussão, que é travada também na organização do movimento secundarista, além de um seminário nacional de juventude.

A própria constituição de uma Secretaria Nacional de Juventude representa um avanço na organização deste debate. Junto a essas atividades, o movimento estudantil prepara também o 1º Encontro Nacional de Juventude para setembro, sob iniciativa da União Nacional dos Estudantes. São os primeiros passos que o Partido e o movimento estudantil realizam na elaboração deste projeto, que deverá envolver na discussão com o próprio movimento sindical, rural e urbano onde o PT deverá colher e aprofundar as próprias experiências destes movimentos em relação à organização da juventude. Imediatamente devemos desenvolver a orientação política precisa para abrir o Partido aos milhares de jovens incorporados à cidadania política, desenvolvendo campanhas de filiação em massa e orientando o alistamento eleitoral a todo este setor que se identifica muito com as propostas petistas, com nossa ética e postura política.

Atenção: o voto aos 16 anos pode cair no segundo turno de votação da Constituinte⁴. É preciso nos movimentarmos para a defesa desta conquista. Urgente, já!

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 34, abr. 1988, p. 6. Acervo do CSBH/FPA.

NOTAS

¹ Secretário Nacional de Juventude.

² Militante do PT e tesoureiro da UNE.

³ No dia 6 de maio de 1987, o PT apresentou à Assembleia Nacional Constituinte seu projeto de Constituição. Com base no texto do jurista Fábio Konder Comparato e nas propostas e emendas recebidas, o projeto foi elaborado pelo Diretório Nacional, sob a coordenação da Comissão Constitucional, composta especialmente para este fim. Em seu art. 7º, o projeto do PT define que o alistamento de todo brasileiro com 16 anos completos é obrigatório para o exercício do sufrágio político. (N. E.)

⁴ O texto constitucional, submetido ao segundo turno de votações entre julho e setembro de 1988, definia como facultativo o alistamento eleitoral e o voto de maiores de 16 e menores de 18 anos. O texto final, promulgado em 5 de outubro de 1988, manteve esta definição. (N. E.)

i) JUVENTUDE: DA ESCOLA AO TRABALHO¹

Sem limites cronológicos exatos, existe uma etapa na vida em que já não somos crianças, sem sermos ainda adultos. É um tempo difícil de transição. Tempo duro, em países como o Brasil, apesar de toda a mística tradicional envolvendo os anos da juventude.

Pesquisas do IBGE mostram que 30% dos menores entre 10 e 17 anos estão no mercado de trabalho, ocupando posições desqualificadas. Isso representa quase 15 milhões de jovens trabalhadores, dos quais 26,4% sequer possuem carteira assinada.

Pelos dados do recenseamento de 1980, exerciam atividade econômica 1,8 milhão de pessoas com idade entre 10 e 14 anos, sendo que 90% delas recebiam remuneração não superior a um salário-mínimo. Na mesma faixa salarial ficavam 60% dos 6,2 milhões de jovens entre 15 e 19 anos que participam do mercado de trabalho.

O significado desses números é claro: o agravamento das condições de vida da classe trabalhadora leva parcelas importantes da juventude a ingressar prematuramente no mercado de trabalho, em prejuízo de sua formação educacional. No trabalho, sua condição de menores de idade, geralmente solteiros e sem experiência profissional, facilita aos empregadores a adoção de salários aviltantes.

No campo, esse quadro é ainda mais sério, tanto pela dificuldade maior de acesso ao ensino quanto pelo fato de receberem salários ainda mais rebaixados, sendo bastante generalizada a prática de trabalhar com os pais, sem qualquer remuneração.

No terreno do ensino, a vida do jovem também encontra barreiras difíceis. Como reflexo disso, em 1983 apenas 30% dos que tinham entre 15 e 25 anos estudavam. De cada 100 alunos matriculados na primeira série do 1º grau, 20 chegam ao 2º grau, 11 o concluem e somente 8 entram na universidade. Apenas 2,8% do PIB brasileiro é investido em educação, quando a média do continente é de 3,9%, situando o Brasil em 16º lugar.

Na década de 1960, 70% do ensino universitário brasileiro era público. Hoje a realidade é outra, com o ensino privado abrangendo 75% das vagas existentes.

Os problemas do jovem não se limitam ao mundo do trabalho e do ensino. Há poucas opções na área do lazer e do esporte, existem todas as complicações ligadas ao serviço militar para os homens, os riscos de violência e assaltos, à noite, voltando das aulas, especialmente no caso das moças.

Tudo isso configura um quadro de injustificável discriminação, que necessita ser combatido a partir das seguintes medidas de governo:

No campo educacional:

- fortalecimento da rede pública, com melhoria da qualidade do ensino, aumento da oferta de vagas e priorização do 1º grau²;
- recuperação e valorização da universidade pública.

No mercado de trabalho:

- estabelecimento de uma política específica de empregos, com estágios garantidos e remunerados para os jovens;

– garantia de contrato de trabalho, acompanhado dos direitos sociais correspondentes e de estabilidade.

Cultura, esportes e lazer:

– incentivo à criação de teatros, bibliotecas e museus, valorizando a produção científica e literária;

– construção de centros esportivos, recreativos e de lazer, através de convênios com municípios, estados e instituições;

– fomento ao turismo juvenil/estudantil, ampliando as possibilidades de albergues e moradias estudantis e fixando-se descontos nos preços de passagens.

Fonte: *Brasil Urgente, Lula Presidente: sociedade*. 1989, p. 11. Acervo do CSBH/FPA.

NOTAS

¹ Programa de juventude da candidatura Lula em 1989 pela Frente Brasil Popular. Com base no documento “Diretrizes para a elaboração do Programa de Governo”, do Diretório Nacional do PT, o Plano de Ação de Governo (PAG) de Lula foi elaborado por diversos grupos de trabalho e publicado em fascículos pela coordenação de campanha. (N. E.)

² Nível de ensino que, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996), passou a denominar-se ensino fundamental. (N. E.)

j) O PT NO CONGRESSO DA UNE

Jorge Almeida¹

O PT desenvolveu um processo, visando a unificação de nossa intervenção no 41º Congresso da UNE. Realizamos um Encontro Nacional Extraordinário de Estudantes Universitários, que aprovou Teses Petistas ao Congresso, a política de alianças e a linha geral para definição de chapa à diretoria. Foi um processo inédito na história do PT: pela primeira vez uma frente de massas do partido desenvolveu um processo consciente e organizado com vistas à sua unificação num congresso de uma entidade de massas nacional.

Apesar disto, nossa chapa foi derrotada no Congresso, e as propostas mais polêmicas que apresentamos, sobre reestruturação da UNE, também não foram aprovadas.

A primeira constatação é o fato de que a unificação da intervenção do PT no movimento não é simples. Temos uma história de atuação através de uma prática autônoma das tendências. Portanto, nossa experiência no Congresso da UNE requer uma avaliação aberta e profunda, no sentido de tirarmos o máximo de lições para as próximas oportunidades. De imediato, damos algumas opiniões visando abrir o debate, deixando claro que o esforço de unificação de tese e chapa dos petistas no 41º Congresso da UNE foi correto, valorizando, estimulando e desenvolvendo.

Abrindo o debate

Dentro das condições materiais e políticas que tínhamos naquele momento, a realização do 4º ENEPT foi o mais democrático e representativo já realizado pelo partido, com a participação do maior número de delegados, observadores e estadaos, publicação de teses e livre debate de todas as posições. Conseguimos unificar numa mesma tese e proposta de chapa 80% dos delegados presentes no ENEPT e, coincidência ou não, também cerca de 80% dos delegados petistas presentes no Congresso, o que comprova que a correlação de forças do 4º ENEPT, mesmo com algumas debilidades, correspondia à representatividade das tendências no movimento universitário.

O primeiro problema que tivemos foi a posição da Convergência Socialista e O Trabalho² que não acataram as posições democraticamente aprovadas no ENEPT e passaram a fazer oposição sistemática ao PT (conformando um bloco com Causa Operária³ e PLP⁴). Isto ocorreu tanto na preparação quanto no próprio Congresso, como na plenária petista. Neste caso, enquanto defendiam formalmente a importância democrática desta, em nenhum momento, mesmo quando publicamente perguntados, admitiram acatar as posições majoritariamente aprovadas.

A Comissão Executiva nacional do PT, por outro lado, ao discutir a questão de modo ligeiro e superficial, não tomou uma posição preventiva devidamente enfática. Fez apenas uma genérica conclamação à unidade, não valorizando suficientemente a importância daquele procedimento para a intervenção petista no 41º Congresso da UNE e mesmo no movimento popular de modo geral.

Desde a fase posterior do 4º ENEPT, evidenciou-se uma fragilidade na coordenação da tese. A mudança dos métodos de direção (antes baseada na intervenção direta das tendências) para uma condução partidária se fez ainda de modo problemático, contraditório e às vezes até conflituoso. A intervenção por tendências se enfraqueceu sem a correspondente consolidação da atuação partidária, causando certa descoordenação e falta de direção política e operacional tanto na preparação como no próprio Congresso, provocando dúvidas, desconfiças e diminuindo nosa polarização.

A descoordenação também se manifestou, desde a fase preparatória, nos níveis estaduais: não funcionamento das coordenações estaduais; pouca ou nenhuma importância dada pelas direções estaduais do partido; continuidade dos problemas na coordenação das bancadas dos estados durante o Congresso.

Chapas

O Congresso da UNE contou com a participação de 2.500 delegados credenciados. Destes, apenas 1.596 votaram em uma das três chapas, havendo 904 abstenções. A chapa “A UNE nos tempos de Cóltera”, composta por membros do PCdoB, MR-8, PDT e PSDB⁵ obteve 715 votos (44,8%), ficando com a presidência, 16 cargos na diretoria e 4 na Executiva, sendo 3 do PCdoB e 11 do MR-8. A chapa “Prá Fazer Acontecer”, formada por militantes do PT e petistas, obteve 665 votos (41,7%), ficando com 14 membros da diretoria e 41 na Executiva. E a chapa “A UNE ao lado dos Trabalhadores”, composta pela Causa Operária, Convergência Socialista, O Trabalho e PLP, obteve 216 votos (13,5%), ficando com 5 membros na diretoria e 1 na Executiva. As três chapas tiveram participação de delegados independentes.

Conforme o esperado, a maioria dos delegados era independente, ou seja, sem filiação partidária. Mas, na prática, os encaminhamentos da tese “Prá Fazer Acontecer” não deram a importância devida a este fato. Predominou entre os companheiros uma superestimação de forças, como se a adesão dos independentes à proposta petista fosse automática. Não houve diferenciação com o PCdoB em pontos centrais, como na questão internacional (votada conjuntamente e sem críticas ao stalinismo); não se valorizou a atuação, nos grupos de discussão e bancadas, por estados, onde se deu debate político e polarização de independentes; não se costuraram alianças de modo profissional (sobre todas estas questões perduraram durante o Congresso divergências de entendimento, avaliação e encaminhamento). Enfim, faltaram clareza e nitidez de objetivos políticos e táticas de plenário.

Pra Fazer Acontecer

O movimento estudantil universitário vive uma prolongada crise. A nossa tese era a mais avançada no sentido de propor não só alternativas políticas gerais, mas um conjunto de medidas, visando a reorganização da UNE, que iam no sentido

de sua democratização e ampliação da participação dos estudantes e entidades de base em sua construção. Mesmo que ainda falte uma linha de massas mais aprofundada para o movimento no seu cotidiano na atual fase que este vive, a nossa tese dá passos importantes que, mesmo não tendo sido aprovada (com votos contrários da CS e PCdoB), serão referenciais obrigatórios para a discussão do ME até o próximo Congresso. Por outro lado, o atraso na divulgação das teses e a pouca discussão nossa nos grupos dificultaram o esclarecimento de nossas propostas para o conjunto dos delegados. A abstenção de 36% dos delegados (mesmo considerando que a votação se deu a partir das 6 horas da manhã de segunda-feira, após uma noite de plenária) mostrou uma dificuldade de todas as teses de polarizar uma faixa enorme de delegados e interessá-los pelas decisões mais importantes.

Perdemos o Congresso. Mas inauguramos um novo método de trabalho que, avaliado de modo crítico e autocrítico, aperfeiçoará nossa intervenção e trará importantes vitórias, não só em futuros congressos, mas principalmente para o movimento estudantil voltar a Fazer e Acontecer.

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 55, junho de 1991, p. 11. Acervo do CSBH/FPA.

NOTAS

¹ No contexto, Secretário Nacional de Juventude do PT.

² Tendência interna do PT, surgiu em 1976 como organização de esquerda denominada Organização Socialista Internacionalista (OSI) a partir de fusão de dissidências do Partido Operário Revolucionário (POR). Em 1978 lança seu órgão oficial, o jornal *O Trabalho*. Entre 1983 e 1984, consolida sua opção pelo PT e, em 1986, assume integralmente a condição de tendência interna do Partido e a denominação de seu jornal. (N. E.)

³ Organização de orientação trotskista fundada em 1979 a partir de dissidência da Organização Socialista Internacionalista (OSI). Inicialmente denominada Organização Quarta Internacional, posteriormente o grupo passou a ser reconhecido pela denominação de seu jornal, *Causa Operária*. Expulsa do PT em 1992, compôs a Frente Revolucionária. Vetada antes da fundação do PSTU, passou a investir na construção do Partido da Causa Operária (PCO), fundado em 1995. (N. E.)

⁴ Partido da Libertação Proletária, denominação adotada pelo Coletivo Gregório Bezerra a partir de janeiro 1989, quando promoveu o 1º Congresso da organização, com o objetivo de obter registro legal. Em 1992, no âmbito da Frente Revolucionária promovida pela Convergência Socialista (CS), obteve registro e passou a se chamar Partido da Frente Socialista (PFS). (N. E.)

⁵ Partido da Social Democracia Brasileira, criado em 1988 por dissidentes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) que divergiam internamente, ao longo dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987 e 1988. (N. E.)

k) RESOLUÇÕES DO I ENCONTRO NACIONAL DA JUVENTUDE DO PT

Juventude? Que onda é essa?

Sempre dissemos que o PT é um partido jovem. Até o presente, porém, o PT não fez uma reflexão séria sobre isto. De que se trata, onde está, o que pensa o jovem petista? Muito menos refletiu sobre a juventude brasileira como um todo. Seus problemas, carências, angústias e lutas.

A juventude, como categoria social distinta, é fruto da complexidade do capitalismo, e só num dado estágio de seu desenvolvimento é que surge com gostos e consumos distintos, modos de agir diferenciados e mercado próprio.

Ao longo de décadas, convencionou-se falar em movimentos juvenis tratando-se do movimento estudantil, porque este movimento era uma das poucas formas de expressão política dos jovens, especialmente com os acontecimentos de maio de 1968 que questionaram profundamente o sistema educacional e político, a estrutura econômica e social, os valores e a cultura da época, com um objetivo de construir um futuro melhor. O movimento estudantil, em certa medida, era a principal forma de ação organizada para transformar as aspirações da juventude em realidade.

Nesse período, esses movimentos aconteceram em várias partes do mundo, mobilizando e empolgando enormes multidões, e marcaram sua época. Tiveram as mais diferentes formas de organização e de luta, enfrentando distintas realidades.

Assistimos em nosso país uma das maiores e mais violentas repressões políticas, que assassinou e levou ao exílio inúmeras lideranças estudantis, trabalhadoras, políticas e setores da intelectualidade que se opunham ao governo militar e ao seu regime ditatorial. Durante os anos 1970, o governo operou importantes transformações econômicas e sociais que alteraram as estruturas e a fisionomia de nosso país.

Ao final da década de 1970, ressurgem as mobilizações de rua, reconstruíam-se as organizações estudantis, conquistam-se sindicatos exigindo democracia, liberdade e melhores condições de vida. Em 1980, no contexto destas intensas mobilizações, é fundado o Partido dos Trabalhadores, que rompe com a concepção da esquerda tradicional, afirmando a proposta de um partido de massas, democrático e socialista.

O impulso de fundação do PT empolgou milhares de pessoas e angariou a simpatia dos jovens, porque se colocava como alternativa, como esperança, era o novo que trazia consigo uma expectativa de futuro, especialmente para a juventude.

Aspectos da realidade brasileira

O país mudou e, ao longo dos anos 1980, o Brasil não cresceu, enfrentou vários anos de recessão, outros de estagnação. Desmantelou o sistema público de ensino, e outros serviços públicos essenciais entraram em colapso. É visível o aumento da miséria. Ficarão nítidas as mazelas do capitalismo brasileiro que constituiu um modelo concentrador, marginalizador e discriminatório. As elites brasileiras não es-

tabeleceram as bases de um modelo alternativo àquele implantado pela ditadura militar, enquanto, por outro lado, agravaram a crise socioeconômica, marginalizando uma parcela considerável da população do campo e da cidade.

A vida cotidiana de milhões de jovens não é só a escola e a universidade, mas o mundo do trabalho e a roda-viva e dinâmica do mercado na luta dura pela sobrevivência. Muitas vezes para sustentar o próprio estudo. Novos espaços de inserção social individual e coletiva são constituídos. Os jovens das classes subalternas e mesmo da classe média encontram-se cada vez mais presentes em setores da indústria e de prestação de serviços. A luta reivindicatória torna-se uma necessidade, e observa-se uma grande presença de jovens no movimento sindical expressando-se da base até a direção.

Durante esta década, milhares de jovens do campo migraram para a cidade em busca de melhores oportunidades e condições de vida. Muitos permaneceram, e constata-se sua efetiva presença na luta pela terra e nas reivindicações sindicais, construindo o MSTI, os sindicatos, a CUT e o próprio PT, seja diretamente ou através da Igreja. Esta juventude que luta pela terra, possui a vontade de trabalhar no campo, porém defronta-se com a falta de escolas, de opções culturais e de lazer, e acaba por não encontrar seu espaço e uma perspectiva de futuro. Isso a empurra para a cidade, o que não significa abandono da luta, mas a vontade de conquistar e exercer seus plenos direitos à cidadania e à vida democrática; onde possam desenvolver suas capacidades individuais e coletivas e viver sua juventude.

Outra característica que marca os jovens do meio [*]2 auxiliando a família na produção, muitas vezes sub-remunerado ou sem renda salarial fixa. Isso o coloca em uma condição de dependência, influenciando diretamente no seu comportamento.

O processo de desmantelamento do sistema educacional, particularmente a universidade, diminuiu a importância do diploma universitário na sociedade e colocou em xeque a perspectiva de ascensão social alimentada pelas camadas médias. Porém, nesse contexto, observamos uma realidade distinta. Aqui encontramos o movimento estudantil, que deve assumir um papel destacado na luta pela qualidade do ensino. Este movimento possui um perfil jovem e uma organização específica, que vai desde as entidades estudantis de base (nas escolas e universidades) até a Ubes e a UNE, assumindo uma condição de categoria, com organização, reivindicações e dinâmicas próprias. Neste movimento, observamos a maior presença do nosso partido, porém aquém do trabalho e da formulação de políticas necessárias para a retomada da importância da educação no sentido do projeto estratégico do PT para a construção de uma sociedade diferente da atual.

Encontramos mais um sem número de experiências de trabalhos no campo artístico e cultural que buscam expressar a realidade e as contradições vividas pelos jovens, que se transformam em organizações e manifestações públicas. Tais movimentos se expressam desde o modo de vestir e se comunicar até as manifestações violentas.

A juventude no Brasil

A juventude é a maioria da população do Brasil. Ela constitui uma parcela caracterizada por seu potencial de combatividade e disponibilidade para as lutas e para a militância. A situação em que se encontra, premida por uma superexploração no trabalho, discriminação e obrigações impostas pela burguesia, contrariam os seus ideais de liberdade.

Atualmente, são cada vez maiores os contingentes de jovens trabalhadores que se veem golpeados pelo arrocho salarial num grau mais elevado que os trabalhadores adultos, pois recebem salários diferenciados. Ao mesmo tempo, o próprio direito ao trabalho lhes é negado, sendo crescente o número de jovens desempregados ou lançados a defenderem sua sobrevivência por meio do desemprego. O jovem trabalhador da cidade e do campo não tem acesso ao ensino, situação que se agrava com a política do governo de extinção do ensino público e gratuito.

As ruas das nossas cidades passaram a ser habitadas por milhares de crianças, meninos e meninas, sem nenhuma condição, orientação ou oportunidade de tornarem-se cidadãos. Hoje são vítimas dos maiores atos de violência ao ser humano, condenados à prostituição infantil, à discriminação e marginalização social, e a resposta encontrada pelas elites é a criação de grupos de extermínio. Foram milhares de crianças e adolescentes mortos no Brasil nos últimos anos. Só no estado do Rio de Janeiro, a estimativa é de 420 homicídios praticados. De 1985 a 1989 foram assassinados ali 1.081 adolescentes. Estes crimes podem continuar sendo repetidos impunemente. Temos “oficialmente” 800 mil crianças ocupando as ruas das grandes cidades, fazendo delas suas casas, fruto da incapacidade do [*] e econômicas de nosso país.

Enfrentamos uma das maiores crises econômicas, mergulhados em uma profunda recessão, onde o congelamento do mercado de trabalho, o subemprego, o desemprego e a desocupação, atingem diretamente a perspectiva de futuro dos jovens.

[...]

Construindo uma alternativa

O Partido dos Trabalhadores, ao longo de seus onze anos, sempre esteve presente nos diversos movimentos sociais, buscando articular as lutas econômicas e corporativas com uma alternativa democrática e popular, tendo como elemento central da estratégia a disputa de hegemonia política e social numa perspectiva socialista.

Sua ação na sociedade foi acompanhada ativamente pela juventude. Porém, o nosso partido tem nas mãos o desafio de ampliar seus laços com a juventude, sob pena de desfazerem-se as esperanças que foram depositadas durante sua vida.

Hoje, quando falamos sobre a juventude nos fóruns do partido, verificamos as mais variadas reações da militância, que vão desde o saudosismo da atuação dos estudantes em maio de 1968 até o jovem como simples ativista.

Há um desconhecimento dos impactos da revolução tecnológica sobre o imaginário, os valores e a vida real dos jovens. Isto ocorre fruto da ausência de discussão e aprofundamento de uma política para a juventude.

[...]

Em nossa proposta petista, deve estar contida a ampliação dos direitos [dos] jovens, para que possamos construir uma moderna condição juvenil, tanto na sociedade como institucionalmente. Uma condição que garanta o acesso a uma educação pública, gratuita e de qualidade, que amplie as oportunidades culturais, esportivas e de lazer. Que rompa com a exploração do jovem no mercado de trabalho e a competição sem princípios e afirme a necessidade da qualificação profissional. Que se caracterize pelo sentido antimilitarista e que garanta as liberdades individuais e

coletivas. Que não hipoteque o nosso futuro e na qual a controvérsia, a contestação e a inovação sejam elementos para sobrepujarem-se ao ceticismo e à alienação, e incentivem a participação do jovem na política e na vida social para realizar as reformas e as revoluções necessárias ao nosso tempo.

Afirmar uma moderna condição juvenil é romper com o rótulo de incapazes, inconsequentes, cabides de moda, rebeldes sem causa e futuro do país. Somos o presente. E no presente a sociedade brasileira vem marginalizando a juventude da vida política e social. Isto coloca o jovem diante do seu maior desafio: A conquista da cidadania.

Juventude e construção partidária

O PT cresceu e ampliou enormemente nossa força real e representatividade. Aumentaram também nossas responsabilidades frente ao movimento social e à ação institucional. Porém, nossa estrutura orgânica não acompanhou este processo e está inadequada às nossas necessidades. É preciso reconhecer que os mecanismos de funcionamento não oferecem canais de participação maciça, pois, além da estrutura verticalizada, desenvolvemos um ritual de reuniões demoradas, constantes, cansativas e viciadas.

Nosso partido foi fundado numa militância jovem, não só daqueles originários do ME, mas também do movimento sindical, popular, dos grupos de igreja etc. Porém, a questão da juventude não vem sendo abordada de forma séria no Partido. Ainda temos companheiros com uma certa visão preconceituosa a respeito do movimento estudantil e do trabalho entre a juventude de modo geral. Muitos pensam que a juventude só serve para fazer pichações, panfletagens e outras atividades de agitação. Isto é injustificável num partido como o [*] um chamamento especial para a juventude brasileira e de importantes referências partidárias citarem este setor social como estratégico, infelizmente isto não ocorre na prática: a questão não entra na pauta das reuniões das direções, não tem orçamento, não aparece nos programas de TV, não há prioridade no acompanhamento político.

É preciso que a Direção Nacional dê resposta às iniciativas de abrir debate com o conjunto do partido, de maneira que a SNJ possa planejar suas atividades de acordo com o planejamento geral do partido, tendo estruturas e canais de discussão compatíveis com a sua importância.

Mas, desde o início da reorganização da SNJ, no final de 1990, tínhamos consciência de que fazer as direções partidárias assumirem como prioridade a questão da juventude não era o nosso único desafio. Tratava-se também de mostrar à nossa militância de juventude que a mudança desta situação no Partido era possível desde que se dispusesse a assumir com as próprias mãos, de modo coletivo e organizado, a construção do trabalho de juventude no PT. Pois, apesar dos avanços que já demos neste sentido, esta ainda investe pouco na construção dos organismos do partido, como os núcleos, secretarias, ou outras formas de aglutinar a juventude.

Nossa postura no interior do partido não pode ser de acomodação ou observação. Ao contrário, de forma direta e indireta, tensionando os limites do debate político e oxigenando o partido, participaremos decisivamente para construir a síntese entre a experiência e irreverência. É preciso repensar esses aspectos, como também nossa relação com os movimentos sociais, outros partidos e a sociedade.

Este primeiro ano de construção foi um período muito rico, quando tivemos experiências inovadoras e nos esforçamos para aprimorar ou corrigir práticas anteriores. Depois de 12 meses de trabalho, podemos dizer que, do ponto de vista global, cumprimos nossos objetivos, sendo que, na análise particularizada, verificamos vários erros, falhas e insuficiências em alguns casos, assim como, em outros, chegamos além das pretensões iniciais. Os problemas não se alteraram substancialmente. Apesar de termos dado importantes passos para superá-los, estes foram aquém das nossas demandas e das possibilidades reais de nosso Partido. Os desafios, portanto, continuam de pé, mas já podemos enfrentá-los em condições mais favoráveis.

A principal diferença em nosso trabalho daqui pra frente é que em 1992 vamos para as ruas, mostrar nossa cara, puxando campanhas de massa como o movimento dos jovens petistas.

Nesta etapa que passou, nosso objetivo fundamental foi dar um mínimo de organicidade, estrutura e sistematização do debate e posições. Nosso Plano de Trabalho, com exceção do Congresso da UNE, tinha isto muito claro. Não implementamos nenhuma campanha de massa que possibilitasse o envolvimento dos jovens petistas e simpatizantes junto à sociedade.

A partir de agora, com os acúmulos políticos e orgânicos que já conseguimos, todo o processo de construção deve se dar com uma qualidade superior. Precisamos ir às ruas, mostrar nossa cara em atividades de massa. Para isto, definimos a campanha “Juventude, Cidadania, Liberdade e Vida”, com cinco eixos prioritários, nos quais [*] juventude, como sendo campanhas para serem levadas por todo o ano de 1992, atraindo outros setores e ganhando o conjunto do partido. Ao lado de outras bandeiras do partido, servirão de carro-chefe para a afirmação dos jovens petistas no próximo período de lutas sociais em nosso país.

Estrutura e organização

A organização da juventude, hoje, deve se dar de forma integrada ao partido. Entendemos ser necessário abrir uma ampla discussão no interior destas instâncias a respeito da política e métodos para trabalhar com a juventude, assim como as suas formas de organização dentro e fora do partido.

Nossa análise política se dá sob o ponto de vista de entender que o sujeito político catalisador deste movimento deve ser o Partido dos Trabalhadores.

Coletivos e Coordenações de Juventude

O atual Coletivo Nacional da SNJ foi formado em outubro de 1990, com quatro pessoas, e hoje conta com dez companheiros, 80% militantes do ME. Mesmo tendo realizado 12 reuniões em um ano e respondido razoavelmente às principais questões colocadas, sofrerá uma mudança significativa na sua estrutura, passando a ser composto por: um Coletivo Nacional, formado pelos atuais dez membros e mais 30% de companheiras mulheres, além de militantes de outros movimentos jovens que não o ME. A atual composição tem poderes de definir os novos componentes, assim como de excluir os que não cumprirem presença regimental do partido.

Este coletivo definirá ainda uma executiva mais restrita, que será formada pelo secretário nacional de Juventude – membro da CEN – e responsáveis por áreas como: imprensa, formação política, campanhas e eventos.

A SNJ passará a ter uma Coordenação Nacional, formada pelos secretários estaduais de Juventude mais os membros do Coletivo Nacional, que se reunirá semestralmente em caráter ordinário. Além disso, formará Grupos de Trabalho, com caráter consultivo, sobre temas de interesse.

A partir das resoluções ao I ENJPT3, a SNJ deve elaborar um Plano de Trabalho político global que nos permita, a partir das atividades realizadas, o seu acompanhamento pelo coletivo, desdobrando as propostas, aprofundando a organização da juventude do PT e sendo espaço de formulação e orientação de nossas propostas políticas para a juventude.

A SNJ deverá discutir com o Diretório Nacional a necessidade de ampliação da dotação orçamentária mínima, bem como a contratação de um funcionário para encaminhar o dia a dia da secretaria.

Secretarias Estaduais e Nucleação

Atualmente já existem Secretarias Estaduais em 13 Estados, funcionando em graus diferenciados. Outros estados têm coletivos, mas não secretarias formalmente definidas. A nucleação ainda está muito limitada.

Neste sentido, devemos priorizar a constituição de Coletivos Estaduais e Municipais, assim como o incentivo à nucleação e outras formas de organização que nos permita dialogar, na prática, com amplos setores da juventude brasileira, fortalecendo a constituição de um movimento de massas de juventude. O I Congresso deve aprovar resoluções no sentido de que, na formação dos próximos Diretórios Estaduais, todos os estados devam ter secretários de Juventude em suas Executivas. Todos[*].

Em níveis municipais, devem ser incentivadas as plenárias de juventude.

Comunicação

Além das circulares internas e materiais no Boletim Nacional do PT, o que já vem sendo feito, faremos contato com a direção do jornal Brasil Agora no sentido de pautar matérias de interesse da juventude, bem como a SNJ produzir artigos para serem publicados.

Além disso, a SNJ deve trabalhar no sentido de construir um boletim mensal que será distribuído às instâncias partidárias e aos contatos e participantes das atividades da SNJ, com o objetivo de informar e debater.

Formação política

Deve ser feita uma avaliação mais profunda, em conjunto com a SNFP4, sobre as duas primeiras etapas do Curso de Formação de Monitores da Juventude, que envolve 23 companheiros de dez estados, assim como dos seminários previstos para o ME, no sentido de desenvolver um Plano de Formação de maior fôlego e mais articulado com os estados.

Secundaristas e universitários

O PT já fez quatro Encontros Nacionais de Universitários (ENEPT) e dois de Secundaristas (ENESPT), sendo o IV ENEPT e o II ENESPT, em 1991, os mais representativos já realizados. O IV ENEPT teve um destaque especial, pois definiu a atuação do PT com cara própria, aprovando tese única e chapa unificada dos

petistas. Seus problemas e saldos positivos para a nossa construção já foram analisados pela Coordenação Nacional de Universitários e se encontra no Caderno do Congresso n. 45.

Infelizmente, apesar de a Direção Nacional do Partido inicialmente ter se proposto a enfrentar um debate aprofundado e definir posição sobre este processo, isto acabou não ocorrendo. Em 1992, realizaremos o V ENEPT e o III ENESPT.

É necessário que seja revista a forma de composição das coordenações de universitários e secundaristas, que, num primeiro momento, inviabilizam seu funcionamento, mas também é fundamental que a SNJ tenha política para estas coordenações, propondo atividades e fazendo com que estas tenham suas discussões integradas ao Partido, ou seja, levando as questões específicas do movimento para o PT e as questões do PT para o Movimento e, dessa forma, criando uma vida orgânica a estas coordenações e rompendo o caráter de coletivo de tendências que só se reúne às vésperas de encontros do movimento para fechar acordos.

O I ENJPT aprovou ainda um indicativo para que as coordenações a serem eleitas tenham, pelo menos, 30% de companheiras mulheres em sua composição.

CAMPANHA “JUVENTUDE, CIDADANIA, LIBERDADE E VIDA”

Eixos prioritários

1. PRIMEIRO EMPREGO: desvio de função; isonomia salarial; remuneração de estagiários; pré-sindicalização via grêmios, CAs e DAs6 etc.; defesa de direito de associação sindical para estagiários.

2. EDUCAÇÃO: integrar-se à campanha nacional que já vem sendo encaminhada pelo PT, adendando bandeiras específicas, como, entre outras, o passe livre escolar para garantir ao estudante o direito de ir e vir à escola; e organizar a luta contra a iniciativa privatizante, garantindo o ensino público e gratuito e a democracia nas universidades públicas.

3. MEIO AMBIENTE: campanha a ser encaminhada em conjunto com a Subsecretaria de Meio Ambiente do PT, intervindo com bandeiras partidárias e dando destaque à ECO-927.

4. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: esclarecer sobre o Estatuto do Menor; implementar os conselhos⁹; lutas contra a discriminação e extermínio de menores, que, no nosso caso, significa principalmente o extermínio de menores negros; contra a pena de morte; fim do serviço militar e dos aparelhos de repressão do Estado; fim das indústrias bélicas e por sua transformação em indústrias que atendam as demandas sociais; pela redução da dotação orçamentária para as Forças Armadas; pelo fim do programa nuclear; responsabilidade social do Estado na prevenção da Aids.

5. ALISTAMENTO ELEITORAL: cadastramento eleitoral dos jovens a partir dos 16 anos; esclarecimento sobre a posição do voto facultativo; mostrar a importância da participação política do jovem, contra o abstencionismo e pelo voto nos candidatos socialistas.

Estas campanhas devem ter um logotipo e slogan geral e unificado e slogans específicos para cada eixo. Devem ser feitas através de diversas atividades de rua, seminários, debates e com a ocupação de espaços de grande concentração de jovens. Buscaremos utilizar diversas peças como, por exemplo, cartazes, bottons, camisetas, adesivos, cadernos escolares, plásticos etc. Deve ser criada uma marca que identifique as iniciativas dos jovens petistas, levando em consideração a vinculação direta com o partido como um todo.

[...]

São Paulo, 9, 10 e 11 de novembro de 1991.

Encontro Nacional de Juventude do PT

Fonte: *Folheto de divulgação*, 1991. Acervo do CSBH/FPA.

I) JUVENTUDE EM CAMPANHA

Jorge Almeida

Está iniciada a campanha “Juventude, Cidadania, Liberdade e Vida”, com o lançamento do cartaz geral e o do voto aos 16 anos. Esta foi uma das principais resoluções do I ENEPT (Encontro Nacional de Juventude do PT). A campanha tem cinco eixos prioritários nos quais devemos centrar fogo em todo o país, atraindo outros setores da sociedade e o conjunto do partido.

O desenvolvimento desta campanha é uma das principais diferenças do Plano de Trabalho de 1992 em relação a 1991, pois no ano passado tivemos atividades mais internas e agora decidimos aparecer com cara própria na sociedade, como juventude e como petistas.

Mas, para a campanha conseguir decolar de fato, é necessária a participação efetiva dos coletivos estaduais e municipais e das respectivas direções partidárias. Para tanto, os estados devem escolher um eixo prioritário e procurar promover atividades como debates, atos, *shows*, seminários etc. e produzir materiais como panfletos, *bottons*, cartazes.

Alguns estados já definiram suas prioridades, como Bahia (1º emprego), Rio de Janeiro, Minas e Goiás (meio ambiente) e Rio Grande do Sul (educação). São Paulo já marcou um ato-*show* para junho.

Em nível nacional, produzimos dois cartazes: um geral e um do voto aos 16 anos (o último impresso pelo DR/SP¹). Agora estamos procurando outros DRs para assumirem cartazes dos outros eixos da campanha. Além disso, as lojinhas do PT nos estados devem ser estimuladas a produzirem materiais promocionais a partir de *slogans* dos eixos da campanha, assim como com a marca da SNJ.

Além dos meios criados especialmente para divulgar a campanha, é fundamental que utilizemos também os meios normais, como jornais e boletins das instâncias partidárias, mandatos parlamentares, pronunciamentos nas assembleias e câmaras, além de outros órgãos de imprensa.

Porém, num ano eleitoral como este, os eixos da juventude não podem ficar de fora das campanhas partidárias. Todo comitê majoritário deve assumir esta campanha, devendo haver ainda um estímulo para que os candidatos a vereador também reproduzam nas suas áreas, especialmente aqueles que têm uma atuação mais forte junto aos jovens.

[...]

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 63, maio de 1992, p. 16. Acervo CSBH/FPA.

NOTA

¹ Diretório Regional do PT de São Paulo, chamado atualmente de Diretório Estadual. (N. E.)

m) POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

Jorge Almeida

Nos dias 8 e 9 de agosto foi realizado o Seminário de Políticas Públicas das Prefeituras para a Juventude, promovido conjuntamente pela SNJ-PT e SEJ-SP¹. Foi feito um balanço das ações das administrações petistas nesta área e aprovada a necessidade de nossas prefeituras elaborarem, de modo globalizante, políticas públicas para a juventude e constituírem organismos para debater e encaminhar a questão.

O Seminário foi aberto com exposições dos companheiros Ademir e Osvaldo Ali Junior, respectivamente da Secretaria do Bem-estar Social da prefeitura de São Paulo e da Secretaria de Abastecimento de Santos, que relataram, em nome pessoal, as experiências destas administrações e, particularmente, de suas secretarias em ações voltadas para a criança e o adolescente.

Tanto nestes relatos como em contatos anteriormente feitos com membros de outras administrações, ficou constatado que, como regra geral, as prefeituras administradas pelo PT não elaboraram de modo global uma Política para a Juventude. O que temos são ações desenvolvidas por diversas secretarias, departamentos ou outros setores administrativos voltados para “atividades fins”, como educação, saúde, cultura, ação social ou esportes, onde a juventude é um dos setores atendidos. Mesmo assim, diante de limitações objetivas e materiais, mesmo estas ações não são universais e buscam priorizar as parcelas mais carentes da população por serem aquelas que mais demandam do setor público. Assim, o que podemos perceber é que as atividades das nossas prefeituras para a juventude acabam sendo fragmentadas e imediatistas, atendendo àqueles que “batem à porta”.

Por outro lado, observamos que, mesmo nos casos em que se abriram espaços para a participação, este ainda é limitado em decorrência das limitações do próprio movimento.

Pelas exposições e outras informações anteriormente colhidas, predomina em nossas administrações uma concepção de que não é necessária (nem correta) a elaboração de políticas globais para a juventude. Mais grave: isto não é discutido de modo organizado e conjunto, nem mesmo dentro de cada administração, em que no máximo dois ou mais órgãos discutem pontualmente algumas ações que os interessam mutuamente.

Na discussão em grupos e plenário, foi feita uma avaliação bastante crítica da situação, sendo consensual a necessidade de uma alteração profunda na concepção política e atitude prática das administrações em relação à juventude.

Elaborar Políticas Públicas para a Juventude

Mesmo sabendo que este não é um problema circunscrito às administrações, pois o trabalho junto à juventude é subestimado no conjunto do partido, é necessário enfrentarmos esta dimensão da questão dentro de um esforço mais geral da juventude petista, para que o partido e seus quadros nos executivos, parlamentos ou movimentos sociais alterem a prática hoje predominante.

Assim, foi consensual, em primeiro lugar, a necessidade de o Partido **elaborar Políticas Públicas para a Juventude**, no sentido de que as ações das prefeituras, hoje desenvolvidas de modo fragmentado, se façam de maneira integrada, coordenada e dentro de uma concepção geral, não significando isto a pretensão de que todas as ações voltadas para a juventude venham se concentrar num único órgão. Esta não é uma questão que possa ser resolvida imediatamente e muito menos antes das próximas eleições municipais. Será necessário um maior debate, mais aprofundado e em nível nacional.

Porém, para dar um passo à frente, foi ainda consensual a **necessidade de serem constituídos estruturas ou espaços nas administrações** que enfrentem este desafio. Estes fóruns, para discutir e elaborar políticas públicas para a juventude, assim como coordenar ações, devem ter, por um lado, a presença de representantes dos diversos órgãos de cada prefeitura (como saúde, educação, esporte, cultura, ação ou assistência social etc.) e, por outro lado, garantir a participação popular com maior ou menor grau de poder deliberativo ou consultivo, a partir de cada realidade, podendo, em decorrência das experiências e debates, virem a ser constituídos outros organismos nestas administrações.

Portanto, enquanto ainda não temos uma proposta nacional de políticas públicas para a juventude, a nossa luta é para que ela seja elaborada e para que, a partir do próximo ano, sejam criados estes espaços nas futuras administrações petistas. Entretanto, para que isto se viabilize, é imprescindível que o Partido também discuta a questão, a começar pelos coletivos municipais e núcleos, que devem ser o principal sustentáculo deste debate no partido e instrumento para reivindicar uma nova prática das prefeituras.

Consolidar a organização da juventude petista

O Seminário discutiu ainda outros pontos que não foram aprofundados, sendo encaminhados como roteiro de sugestões para debate em cada comitê municipal de juventude, como cultura, lazer, esporte, participação popular, mercado de trabalho, marginalidade, movimentos sociais, cidadania, democratização dos meios de comunicação, saúde, educação, realização de Bienais da Juventude e criação de museus da juventude e centros de vivência.

Durante o Seminário foi lembrada ainda a importância de se dar continuidade à campanha “Juventude, cidadania, liberdade e vida”, com os temas de Educação, 1º Emprego, Meio Ambiente e Direitos da Criança e do Adolescente, que devem fazer parte dos programas eleitorais municipais e divulgados em impressos, faixas, no rádio e TV e nas manifestações públicas, onde a juventude do PT deve procurar aparecer com cara própria.

Finalmente, para darmos consequência orgânica a este trabalho de campanha eleitoral e debate político-programático, devemos continuar procurando formar os comitês eleitorais de juventude junto a candidaturas majoritárias e proporcionais e começar a discutir a necessidade de, após as eleições, transformá-los em núcleos e coletivos municipais, para dar continuidade ao trabalho de juventude e reforçar a construção do partido como um todo.

Participaram do Seminário 37 companheiros de quatro estados (RJ, MG, GO e SP), sendo que São Paulo contou com a presença de representantes de 12 municípios

(São José dos Campos, Itanhaém, Ribeirão Preto, Carapicuíba, Santos, Santo André, São Caetano, Osasco, São Vicente, Mauá, São José do Rio Preto e São Paulo). Estiveram presentes ainda quatro membros do coletivo nacional da SNJ (Jorge Almeida, Atilio Pereira, Valmir Santos e Luis Antonio Papa), o secretário de Juventude Estadual de São Paulo (Alexandre Padilha) e o coordenador do GTE-SP² (Jucelino Dourado).

Fonte: *Boletim Nacional do PT*, n. 65, agosto-setembro de 1992, p. 8. Acervo CSBH/FPA.

NOTAS

¹ Secretaria Estadual de Juventude do PT-SP. (N. E.)

² Grupo de Trabalho Eleitoral do PT-SP, instituído pelo Diretório Estadual para coordenar, em nível estadual, a participação do Partido nas eleições municipais de 1992. (N. E.)

n) JUVENTUDE¹

Os sucessivos governos seguem ignorando a juventude. As iniciativas são pontuais e fragmentadas, apesar de sua numerosa presença na sociedade. Segundo os dados do IBGE/Pnad, a faixa de 14 a 24 anos representa 18,98% da população, e a faixa de 10 a 24 anos, 30,51%.

O governo democrático e popular deve considerar o jovem como cidadão com todos os direitos, reconhecendo sua diversidade e demandas, abrindo espaços para a sua atuação nos distintos campos sociais e políticos.

A rapidez do processo social, as necessidades de constante renovação e progresso de nossa sociedade têm que contar com a presença ativa de seus atores mais dinâmicos, os jovens.

Mas, afinal, quem são os jovens?

Os jovens, em geral, encontram-se numa sociedade que os discrimina em muitas de suas áreas de atividade. Na família, na escola, no trabalho o jovem é considerado, em geral, incapaz de opinar e decidir, recebendo o trato de cidadão de “segunda classe”.

Muitas vezes, a geração adulta considera os jovens, na sua maioria, suspeitos pelos seus hábitos, costumes, companhias e atitudes.

A condição juvenil caracteriza-se, além de faixa etária, por ser um momento de transformações em todas as esferas do indivíduo, sejam elas biológicas, sociológicas ou psicológicas. Momento de uma intensa busca de novas experiências e conhecimento, surge como um momento difícil e ao mesmo tempo extremamente enriquecedor para sua formação. É o período marcado por contradições com a família e com as instituições sociais. Deparamo-nos, na juventude, com formas muito diferentes de organização, de atuação e relacionamento com o mundo “adulto”.

Alguns setores conquistaram um espaço político, como é o caso dos estudantes organizados em torno de suas entidades, que em geral não têm ultrapassado o limite do corporativismo reivindicatório.

Nos últimos anos, novos elementos jovens surgiram na cena pública, marcada fundamentalmente pela conquista do direito à cidadania (movimentos “Pela ética na política” e “Campanha Contra a Fome”), expressando alto grau de inconformismo com o *status quo*. A juventude tem tido também papel importante nos movimentos popular e sindical.

Além desses, há inúmeros grupos construindo uma identidade própria, com normas e valores, hábitos e linguagem que se contrapõem e ao mesmo tempo dialogam com valores e normas reinantes na sociedade. São as chamadas tribos. Apresentam forte coesão interna, nem sempre em sintonia entre si, muitas vezes contrapostos. Sua atuação política se diferencia, na maioria das vezes, dos modelos de militantes do cotidiano.

Além das diferenciações socioeconômicas e culturais, a presença dos grupos terá forte influência no tipo de juventude com que estaremos dialogando.

Questões centrais

Apesar dessa heterogeneidade, há características, problemas e demandas comuns aos jovens diferenciados em forma e grau.

A questão da violência

Há guerra não declarada contra a juventude, marcadamente contra a juventude negra e das periferias das grandes cidades. A juventude é uma das principais vítimas da violência. Alvos da violência policial ou dos grupos paramilitares, jovens, em sua maioria negros, muitos deles trabalhadores ou estudantes, sem antecedentes criminais, são executados por se enquadrarem no perfil considerado suspeito.

Esta violência se reproduz no interior das instituições penitenciárias, cuja população é composta em grande número por jovens filhos de trabalhadores ou desempregados.

Muitos jovens estão envolvidos com o tráfico de drogas ou são consumidores de drogas ilegais.

Entre as iniciativas imediatas, o governo deve inverter a lógica que é trabalhada hoje pela sociedade e pelo Estado. Em vez de preconceito e repressão, a questão da droga deve ser tratada como um problema de saúde pública, oferecendo-se serviços de atendimento, orientação e reinserção aos dependentes.

Emprego

Segundo dados da IBGE/Pnad 1990², na faixa dos 15 aos 19 anos, 56,70% estão no mercado de trabalho, sendo que no meio rural esse percentual chega a 66,32% desta faixa etária.

Esse alto índice de inserção no mercado de trabalho explica-se pelo agravamento das condições de vida no país, levando parcelas importantes da juventude a ingressar prematuramente no mercado de trabalho, com o objetivo de somar seus ganhos à renda familiar, prejudicando sua formação educacional. Esse ingresso é igualmente condição – não só para os filhos de assalariados de baixa renda – de acesso a uma sociedade de consumo, na qual o dinheiro torna-se passaporte para parcela, mesmo que limitada, de cidadania.

Outro elemento que evidencia o grau de marginalização a que estão submetidos os jovens, principalmente os mais pauperizados, são os direitos trabalhistas. Enquanto 58,81% dos empregados, no Brasil, têm carteira assinada, apenas 8,58% dos empregados na faixa de 10 a 14 anos têm este direito, e 39,61% na faixa dos 15 aos 19 anos.

Com relação à contribuição para a Previdência, 50,08% das pessoas ocupadas contribuem. Na faixa dos 10 aos 14 anos, o índice cai para 3,86%; na de 15 a 17, fica em 23,49%, e entre 15 e 19 o índice é de 29,93%.

Cultura, lazer e educação

Para o jovem, o lazer é uma necessidade básica. O lazer abre a possibilidade de sair do ambiente regulador e, muitas vezes, repressivo e sufocante da família, da escola e do trabalho.

Através do lazer, o jovem, junto com seus pares, consegue novas informações e busca satisfazer suas necessidades a partir do contato com o novo mundo que se apresenta.

Dessa forma, o lazer constitui, para o jovem, um espaço de experimentação extremamente significativo, que entra fortemente na composição do seu universo de valores e de seu modo de vida.

Esse processo de experimentação desenvolve, no jovem, uma enorme capacidade de criação. Infelizmente, o incentivo à produção cultural, entendida como momento de construção de um conjunto de manifestações de um povo, setor ou região, tem tido pouco peso nos projetos que os governos têm encampado. Fortalecer essas manifestações, muitas vezes equivocadamente interpretadas como simples modismos e aproveitadas pela indústria cultural, é uma importante intervenção.

A escola deve tornar-se um rico espaço de desenvolvimento das potencialidades e dimensões do jovem. O processo de assimilação e construção do conhecimento deve formar indivíduos mais críticos e inovadores, inserindo nas grades curriculares preocupações e anseios juvenis e tratando de questões que precisam ser desmitificadas, como o tema da sexualidade.

Políticas públicas para a juventude

O governo democrático e popular deve tratar as questões da juventude a partir de um projeto global.

Estabelecer metas e prioridades nas políticas públicas exige a coordenação do conjunto dos ministérios, incentivando a participação da juventude na definição de políticas para sua área, assim como para o país.

Esta diretriz de atuação pode, em um segundo momento, exigir do governo a constituição de fóruns governamentais específicos.

Propostas

Violência

Reprimir os narcotraficantes, grandes organizadores do comércio de droga, potencializando o papel dos órgãos de fiscalização e investigando devidamente seu financiamento e suas riquezas ilícitas.

Punir as práticas de tortura e maus-tratos por agentes policiais, sancionando os responsáveis e impedindo sua promoção a postos de responsabilidade.

A maioria da população carcerária é jovem. A cadeia é hoje uma escola do crime, não cumprindo o seu papel de reinserção. Desta forma, jovens detidos são lançados ao mundo do crime. E preciso redefinir o papel e a atuação das instituições carcerárias, de forma a reinserir socialmente este setor da população, hoje condenado à marginalidade.

Implementar o ECA e definir uma legislação capaz de atender os setores da juventude não compreendidos nele.

Implementar políticas públicas de educação no trânsito, que se preocupe em diminuir a quantidade de jovens que sofrem as consequências dos acidentes.

Desfazer a imagem de que o jovem, principalmente se pobre e/ou negro, é um indivíduo suspeito.

Garantir plenamente todos os direitos civis e políticos dos jovens soldados, especialmente quando envolvidos em situações degradantes e acidentes.

Emprego

O índice de emprego de jovens é muito alto, mas submetido à baixa remuneração.

ração e ao pouco reconhecimento. Três grandes problemas que geram esta situação devem ser enfrentados:

Erradicar a pobreza, elevando o nível de renda das famílias.

O Estado deve garantir o direito de todos ao lazer, à cultura, à educação, à saúde, às práticas desportivas, para dar condições ao jovem de desenvolver sua identidade e suas capacidades. A cidadania não pode estar sujeita às leis do mercado. Como essas medidas têm impacto em longo prazo, é necessário um plano de absorção dessa mão de obra no mercado de trabalho. Deve ser elaborado um Plano de Criação de Emprego para a Juventude, com especial ênfase no contingente feminino, para reduzir os índices de desemprego de jovens e de emprego na economia informal, que se caracteriza por jornadas de trabalho longas, baixos salários e nenhum tipo de seguro.

3. Desenvolver as seguintes medidas de fomento ao emprego:

- apoiar as empresas que contratarem jovens sem experiência em áreas afins ao seu campo de estudo ou capacitação;
- criar estágios/empregos no âmbito das empresas estatais e autarquias;
- reservar os postos de trabalho com todas as garantias para os que se incorporarem ao serviço militar;
- reduzir a jornada de trabalho, sem redução salarial, para os jovens que compatibilizam emprego com estudos;
- para conter o êxodo rural, incentivar a fixação dos jovens nas áreas rurais por meio da reforma agrária, educação e valorização do trabalho da juventude dessas áreas.

Lazer e produção cultural

Incentivar a produção cultural nos centros comunitários, nas ruas e nas escolas. Utilizar os espaços públicos e das associações.

Resgatar e valorizar as culturas regionais, indígenas e das populações afro-brasileiras.

Fomentar a criação de associações culturais e juvenis, assim como o trabalho cooperativo.

Incentivar o acesso ao esporte e à cultura.

Estender o benefício da meia-entrada aos serviços de lazer e cultura a toda a juventude.

Saúde pública e sexualidade

Para a sexualidade ser tratada como uma dimensão natural da vida, o Estado deve assumir seu papel de informar, em especial as mulheres jovens:

Educação sexual nas escolas, desde o ensino fundamental, levando em conta os elementos emocionais, de prazer, ligados à sexualidade, e não apenas os aspectos biológicos.

Acesso gratuito à informação e ao uso de métodos anticoncepcionais para ambos os sexos.

Programas de informação sobre Aids e doenças sexualmente transmissíveis.

Fonte: *Bases do programa de governo. Lula presidente: uma revolução democrática no Brasil*, 1994, p. 29-32. Acervo CSBH/FPA.

NOTAS

¹ Diretrizes do programa de juventude da candidatura Lula em 1994. (N. E.)

² Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para obter informações sobre características demográficas e socioeconômicas da população. (N. E.)

o) ATUAÇÃO NA JUVENTUDE¹

A juventude está cada vez mais distante na atuação política e partidária. Basta lembrarmos da campanha Lula-94.

Hoje o PT tem dificuldade de dialogar com a juventude, consequência da ausência de uma política para o setor, da falta de renovação dos quadros partidários e de sua linguagem. Falta ao PT observar que o setor não é composto por uma juventude, mas por várias juventudes e requer uma política ampla, aberta e plural, reinventando os espaços políticos. Passou o tempo em que poderíamos estereotipar a juventude como unitária, como monoclássista, com desejos e aspirações iguais e homogêneas culturalmente.

Por isso mesmo, nossa atuação não deve ser de achar uma fórmula de adequamento da juventude, mas de criar espaços de atuação e diálogo amplo com seus diversos setores. Isto servirá para renovar o PT e acabar com um dualismo entre o PT imaginário que os jovens têm na cabeça e o PT real. Queremos dizer que o PT é o partido mais simpatizado e idealizado na juventude, entretanto não oferece oportunidades de participação para esta juventude. Esta fica excluída de uma dinâmica desgastada pela disputa entre as tendências, chata, pouco ligada ao seu mundo e cotidiano.

Por isso, o PT tem que ter um Plano de Atuação com a juventude, com uma cultura mais viva, alegre, aberta a novas experiências. Deve ter objetivos e ações mais produtivas.

Caravana da Cidadania com a Juventude. Esta caravana servirá para aglutinar os jovens nas escolas, universidades e outros espaços juvenis, com visitas do LULA e outras personalidades nacionais e regionais do PT pelo Brasil, debatendo alternativas políticas ao governo. Estes eventos têm grande poder de mobilização, servem para passar visões e informações diferentes das que os meios de comunicação passam e ainda favorecem a aproximação e a participação da juventude no PT, de forma ampla.

Campanha publicitária para a juventude. Não é mais possível chegar ao jovem com velhos panfletos esporádicos e de linguagem atrasada. É necessário que se invista numa campanha publicitária de divulgação das ideias do PT na juventude, de forma atraente, criativa, leve e, principalmente, massificada. Massificada para atingir um público bem maior, com *folders*, vídeos, cartilhas, adesivos. Esta campanha estará associada à Caravana da Cidadania com a Juventude.

Formação política. O PT precisa de debate, de discussão política, de um Ciclo de Palestras e Debates Abertos e de um *kit* de Formação Política (com vídeo, textos explicativos da história do PT, da história do Brasil, as políticas públicas que o PT tem realizado em suas administrações para a juventude). Esta formação política acontece no rastro da caravana e da campanha publicitária.

Organização. Propomos uma organização através de coordenações dos secretários estaduais de juventude com um coletivo de trabalho. Também devemos ter um conselho de juventude convocado por nós com outros setores sociais (MST, Pastorais, Sindicatos, Parlamentares etc.). O processo de regionalização de nossa atuação nos estados, especialmente nos mais populosos, como SP ou MG. Também

é necessário se ter uma política de nucleação. Para formar um núcleo basta ter nove filiados, e quanto mais simpatizantes, melhor. Com a liberdade de escolha dos temas a serem tratados e uma forma menos burocrática de organização e mais leve de tocar as reuniões.

Pontos presentes na campanha publicitária:

- Educação não rima com lucro (pela educação pública e gratuita para todos).
- Bolsa Escola (a exemplo do que se faz no DF²).
- Democracia nos meios de comunicação – disseminação de rádios livres.
- *A gente não quer só comida, a gente quer diversão e arte* (projeto cultural de estímulo às diversas manifestações e linguagens).
- Descriminalização da maconha.
- Sexualidade, afetividade e liberdade de opção e preferência sexual (divulgação do projeto de Marta Suplicy³).

Fonte: *Resoluções do 10º Encontro Nacional*, 1995, adendo, p. 1-2. Arquivo CSBH/FPA.

NOTAS

¹ Resolução aprovada no 10º Encontro Nacional do PT, realizado nos dias 18 a 20 de agosto de 1995, em Guarapari (ES). (N. E.)

² Em 1995, o programa Bolsa Escola foi implementado no Distrito Federal (DF) pelo governador Cristovam Buarque, do PT, e assegurava um salário-mínimo a cada família carente que tivesse todas as suas crianças entre 7 e 14 anos matriculadas na escola pública. Com o programa, a evasão escolar caiu de 10% para 0,4%, e o programa foi premiado no Brasil e no exterior. (N. E.)

³ Projeto de Lei 1.151/1995, de autoria da então deputada federal Marta Suplicy (PT-SP), que visa a garantia do direito à união civil entre pessoas do mesmo sexo. (N. E.)

p) 13 PROPOSTAS PARA A JUVENTUDE

Bolsa Primeiro Emprego

O governo irá conceder Bolsas Primeiro Emprego para jovens sem experiência profissional trabalharem em empresas, ONGs e associações. O objetivo é beneficiar 1 milhão de jovens com uma bolsa de R\$ 200/mês.

Serviço Civil Solidário

Este programa vai remunerar 500 mil jovens, como alternativa ao serviço militar, com a criação de frentes avançadas de trabalho social, na área de educação, saúde, combate ao analfabetismo, apoio a famílias carentes e idosos, recuperação ambiental, combate à seca e elevação do nível de escolaridade.

Apoio ao Jovem Trabalhador Rural

Através de mecanismos de crédito popular, investir na formação e força de trabalho, introduzindo novas tecnologias na produção rural e incentivando a criação de cooperativas e associações.

Combate ao Trabalho Infantil

Com a criação de 4 milhões de Bolsa Escola, a renda das famílias mais pobres será complementada, fazendo com que possam manter seus filhos na escola.

Formação e Qualificação Profissional

A política de formação e qualificação profissional estará integrada à política de educação básica. O sistema “S” (Senai, Senac, Sesi etc.) será democratizado e incorporado a um Programa Nacional de Qualificação Profissional, aumentando sua esfera de atuação. Além disso, o governo Lula irá ampliar e fortalecer a rede de ensino profissionalizante e assegurará que o ensino técnico seja integrado à formação geral.

Garantia de Acesso e Permanência do Estudante na Escola

O ensino médio (2º grau) será considerado a última etapa da educação básica, tornando-se universal através da ampliação das vagas, em especial no período noturno, garantindo que seja público, gratuito e de qualidade, chegando a um custo de R\$ 1.000/aluno. Haverá participação das comunidades nos programas e planos curriculares e pedagógicos. Aos educadores, será garantido o ingresso na carreira por concurso público, salário e condições condignas com o exercício da profissão.

Universidade para Todos

Aumento das vagas noturnas e execução de programas especiais que ampliem as condições de acesso de estudantes carentes nas universidades públicas. O governo Lula irá garantir maior investimento no crédito educativo para estudantes carentes; assegurar a efetiva autonomia universitária, com recursos para pesquisa e docência e mecanismos sociais de avaliação.

Combate às Drogas e à Violência

Repressão ao tráfico de drogas, principal causa da violência nas periferias. A dependência do usuário, em vez do preconceito e repressão, será encarada como um problema de saúde pública, oferecendo-se serviços de atendimento, orientação e reinserção na sociedade.

Cultura

Garantia das condições necessárias para a livre expressão dos diversos movimentos culturais da juventude. Aumento significativo no orçamento do Ministério da Cultura, tornando a atividade cultural direito de cada cidadão.

Meio Ambiente

A preservação ambiental e o desenvolvimento sustentado serão a base para a execução das iniciativas, em especial de infraestrutura industrial e agrícola, de ciência e tecnologia. Além de um trabalho permanente de conservação de espécies e ecossistemas e um Programa Nacional de Educação Ambiental.

Direitos Humanos

Proteção dos direitos humanos e inclusão dos segmentos que hoje são excluídos da cidadania, visando a construção de uma sociedade para todos. A juventude terá garantido o cumprimento e o respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Respeito à Juventude

Criação de igualdade de direitos e condições, garantindo-se a diversidade cultural e étnica que compõe a juventude brasileira, lutando pelo fim dos preconceitos e de qualquer forma de discriminação.

Participação da Juventude

Tudo isso somente será alcançado através da participação ativa dos jovens nas decisões, respeito do governo às entidades juvenis organizadas e criação de órgão governamental sensível aos problemas da juventude brasileira.

Fonte: *Folheto de divulgação*, 1998. Acervo do CSBH/FPA.

q) JUVENTUDE PETISTA: UM FUTURO NEGRO TE ESPERA

Grupo de Trabalho Juventude Negra Petista – Secretaria Nacional de Combate ao Racismo

A juventude negra e a participação no II Congresso

A necessidade de criarmos uma cultura de formação política no interior do PT para que possa abranger os diversos segmentos sociais representativos da sociedade é uma tarefa a ser levada por todas as instâncias deste partido. No entanto, a dificuldade do cumprimento desta tarefa mostra a fragilidade que temos na apresentação de propostas que tornem o PT um referencial para o povo brasileiro.

Ao se propor realizar o II Seminário Nacional da Juventude Negra do PT (Senajun) no período de 13 a 15 de agosto de 1999, a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR) assume o compromisso de realizar as propostas que apresentou à época de sua criação. Com este evento, pretende resgatar a participação da juventude negra petista e simpatizantes na elaboração de soluções para os graves problemas políticos, sociais e econômicos que afetam a parcela mais pobre da população – constituída basicamente por integrantes da raça negra.

A SNCR quer demonstrar que a questão racial não se desvincula da questão socioeconômica. Pois é sabido que a simples ascensão socioeconômica não elimina o racismo e o preconceito. Vivemos numa sociedade em que o valor das pessoas é atestado mais pela sua aparência do que pela sua capacidade. Por “boa aparência” entende-se de cor branca.

Hoje, precisamos que, após anos de esforço, a sociedade brasileira comece a tirar a máscara da hipocrisia e aceite, ainda que de maneira aquém do devido, discutir o racismo e o preconceito. Os jovens negros fazem parte deste processo através da dança, da moda, da educação, da valorização da raça. Mesmo com esses avanços, é necessário que aprofundemos o debate com esta juventude, sob pena de esta acabar assimilando a falácia da democracia racial que é ainda nos dias de hoje um forte recurso.

Trabalhar com jovens, seja envolvendo-os em projetos políticos alternativos, seja potencializando-os na capacidade de transformação e indignação, é um dos grandes desafios que a SNCR tem para o próximo período.

Para que possamos ter um referencial sobre o “ser jovem”, utilizaremos um conceito adotado pela Unesco, a partir da realização da Conferência Internacional sobre a Juventude¹ que atesta: “o termo **juventude** designa um estado transitório, uma fase da vida humana de começo bem definido pelo aparecimento da puberdade. O final da **juventude** varia segundo os critérios e os pontos de vista que se adotem para determinar se as pessoas são jovens. Por **juventude** entende-se não só uma fase da vida, mas também os indivíduos que pertencem aos grupos de idade definidos como jovens”.

Em nosso país, a vergonha do trabalho escravo infantil associado à prostituição também infantil deturpa o conceito da Unesco e torna precoce o processo de

amadurecimento. Esta constatação é necessária para que, ao trabalharmos o tema juventude, que sempre associamos à alegria, coragem, vitalidade e vontade de viver, não venhamos cometer o erro de omitir a situação de milhares de crianças e jovens desamparados, que na sua maioria são constituídos por negros e negras.

O engajamento da juventude negra petista em nosso projeto deverá atender aos anseios desta parcela da sociedade multirracial da população em seus mais variados aspectos, e fazer com que este seja o ponto de partida para a construção de um verdadeiro sentimento de cidadania negra em nossos jovens.

Ao pensarmos a realização do II Seminário Nacional da Juventude Negra Petista, partimos do pressuposto de que o público-alvo para este evento será constituído, em sua maioria, por jovens pertencentes aos diversos setores do movimento social (movimento hip-hop, sindical, popular, cultural, pastorais e estudantil).

Destacamos a participação da juventude negra na campanha presidencial do companheiro Lula em 1998, onde estivemos presentes em vários eventos nos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Aliás, um dos poucos momentos em que as pesquisas registraram um avanço na campanha do PT foi exatamente após o evento realizado em São Paulo com a juventude hip-hop, que repercutiu positivamente nos jovens de periferia das grandes cidades.

Em vários outros estados, a juventude esteve presente e foi marcante na construção das vitórias que o partido obteve, como no Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, inclusive tendo participação direta nas coordenações de campanha.

O Partido dos Trabalhadores incentiva que seus filiados tenham algum tipo de atuação nos movimentos sociais, de onde deduzimos que o Senajun-PT terá a participação de militantes que já tiveram algum contato com a forma de o partido realizar encontros. No entanto, podemos deduzir que a grande maioria não possui a prática de participar de nossos fóruns.

Portanto, julgamos necessário adequar a maneira como o partido realiza seus eventos, avançando no formato e na dinâmica, visando envolver e possibilitar a continuidade da formação de nossos militantes.

A juventude negra, integrante dos diversos espaços partidários, começa a ter uma forma própria de se reunir, levando em consideração a especificidade da cultura do povo negro. A permanência e a constante melhoria desta forma de organização é uma meta a ser alcançada quando nos propomos reunir os jovens negros para discutir o PT e a sociedade brasileira.

A efetiva organização da juventude negra é uma tarefa que demandará uma forte investida, uma vez que detectamos a dificuldade de identificação de nossa juventude com suas origens africanas. Percebemos que, apesar de possuírem uma forma própria de expressão cultural, os jovens negros não têm um compromisso real no combate ao racismo, principalmente devido à falácia de que no Brasil não existe racismo, e sim preconceito social.

Percebemos que tanto na educação, na música, nas organizações ou na moda, a sociedade cria mecanismos de apropriação da cultura negra, criando enormes barreiras para a criação de uma identidade própria dos afrodescendentes em nosso país.

Mas a raça negra não se rende, nunca se rendeu, e os focos de resistência são visíveis no meio acadêmico, com a Coordenação Nacional de Universitários Negros, no meio cultural, com a inserção de jovens artistas negros na mídia, ou no

político, com as eleições em diversas cidades e estados tendo como pano de fundo o debate racial.

Este Senajun-PT se justifica pelo fato de ser um enfrentamento à política do embranquecimento, à percepção do negro enquanto objeto de pesquisa, e não enquanto pesquisador, a ideologia racista e escravista que impede aos nossos jovens se reconhecerem como negros autênticos.

Pretendemos ainda municiar a juventude negra petista, para intervenção nos espaços onde está inserida, e contribuir com a incorporação, pelo PT, de uma perspectiva política voltada para a juventude negra.

O II Senajun-PT será um momento de reflexão de nossos militantes e simpatizantes sobre a questão racial relacionada às condições econômicas, políticas e sociais. Será também palco para uma Kizomba juvenil, onde os representantes dos vários estados poderão trocar suas experiências políticas e culturais.

O objetivo central é promover a integração da juventude negra petista e simpatizante resguardando a identidade, consciência racial, sua contribuição política e cultural enfocando as propostas que o PT apresenta para a sociedade no trato da questão racial negra:

- resgatar a participação da juventude nas lutas sociais, respeitando as especificidades do comportamento e compreensão desta parcela social;
- possibilitar que sejam elaboradas propostas políticas para a inserção na juventude negra na estrutura partidária;
- capacitar a SNCR e o partido no sentido de compreender as aspirações e necessidade da juventude negra, inserindo este setor como uma das prioridades de nossa atuação política.

São Paulo, julho de 1999.

Martys das Chagas,
Márcia Catarina (SNCR),
Cleudiva Neves (GO),
Fabiana da Silva (MG),
Laziê Lopes (RS)

Fonte: *Original mimeo*, 1999. Acervo do CSBH/FPA.

NOTA

¹ Em 1964, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) realizou em Grenoble, França, a Conferência Internacional sobre a Juventude, cuja definição do conceito passou a ser utilizada como referência no desenvolvimento de pesquisas e políticas públicas. (N. E.)

r) JUVENTUDE E POLÍTICA

Luiz Inácio Lula da Silva¹

A juventude brasileira tem um importante papel a cumprir na consolidação da democracia e da cidadania no nosso país. Ainda mais diante da falta de rumo e do autoritarismo que estão tomando conta do governo FHC.

O conjunto da sociedade precisa saber o que os jovens pensam sobre a situação do país. A Fundação Perseu Abramo está dando uma contribuição significativa nesse sentido, com a recente divulgação da pesquisa nacional Juventude, Cultura e Cidadania. Foram 1.806 questionários dirigidos, em novembro do ano passado, a jovens de 15 a 24 anos, nas nove regiões metropolitanas do Brasil e no Distrito Federal.

Muitos falam que “os jovens de hoje não querem nada com a hora do Brasil”. Que estão apáticos e politicamente desmotivados.

Não penso assim. Acredito que os jovens são sempre generosos e solidários quando encontram condições sociais favoráveis para demonstrar esses sentimentos. E tendem a reagir e a se revoltar diante das injustiças, da falta de diálogo e da repressão.

Não faltam exemplos. Em todos os momentos significativos da vida nacional, os jovens têm tido uma participação importante. Foi assim no período recente das lutas contra a ditadura militar, tanto na resistência clandestina como, principalmente, nas mobilizações pelas Diretas Já². E também nas lutas pelo *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor, quando centenas de milhares de “caras-pintadas”³ ocuparam alegre e combativamente as ruas de todo o país.

Este ano, milhões de jovens vão participar pela primeira vez de eleições municipais. E certamente de muitas mobilizações.

A situação do Brasil, infelizmente, não é a melhor para eles. A política econômica é recessiva e gera desemprego. A soberania nacional tem sido ultrajada. Quase todos os que precisam entrar no mercado de trabalho não conseguem obter o primeiro emprego. A educação pública está sendo sucateada, e o ensino pago incentivado. Milhões não têm onde morar. O salário-mínimo que o governo impôs ao país é vergonhoso. A corrupção se irradia em nível federal. Sem perspectivas, o desespero e a violência social tomam conta de grande parte da juventude, principalmente na periferia das cidades grandes e médias.

Mesmo assim, a ideia predominante na imprensa é a de que a juventude brasileira não quer nada com a política.

Os dados iniciais da pesquisa da Fundação Perseu Abramo revelam que os jovens declaram não confiar nas instituições políticas quando a pergunta é genérica. Vamos analisar alguns dados revelados por essa pesquisa.

Quando a pergunta é sobre a confiança ou não dos jovens em instituições políticas em geral, mais de dois terços manifestam desconfiança:

NOTAS

¹ Presidente de honra do Partido dos Trabalhadores e conselheiro do Instituto Cidadania.

² No dia 27 de novembro de 1983, na Praça Charles Miller, em frente ao Estádio do Pacaembu, em São Paulo, a Comissão de Justiça e Paz de São Paulo e o PT, com a adesão de quase 70 entidades e partidos políticos de oposição, promoveram o primeiro ato unitário e suprapartidário em favor das eleições diretas para presidente da República. Ao longo do ano de 1984, milhões de brasileiros foram às ruas em todo o país exigir eleições diretas. A Campanha das Diretas Já, como ficou conhecida, não conseguiu conquistar seu objetivo de imediato. Somente em 1989 os brasileiros puderam votar diretamente para escolher seu presidente. (N. E.)

³ Modo como foram chamados os jovens e estudantes que participaram das manifestações do movimento conhecido como Fora Collor, em razão da difusão da prática de pintar o rosto – em geral de verde e amarelo – durante os protestos como mais um meio de expressão de sua reivindicação. (N. E.)

s) FESTIVAL DA JUVENTUDE

O XII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado de 14 a 16 de dezembro de 2001, na cidade do Recife – Pernambuco, aprova a respectiva moção nos seguintes termos, como segue:

A juventude constitui um setor duramente atingido pelo modelo econômico determinante das políticas do governo FHC. Ela é atacada em suas perspectivas de futuro pelo desmonte gradual do ensino público e gratuito de nível superior e pelo sucateamento da escola pública; e, no presente, por ser vítima da violência que grassa nas grandes e pequenas cidades como resultado da irresponsabilidade social deste governo e das políticas que se acumularam ao amontoado de erros de governos anteriores.

No tocante às políticas de âmbito federal, não é nada bom ser jovem no Brasil de hoje, mas não é este o único aspecto negativo da realidade que nos é imposta por um modelo excludente e concentrador da renda nacional. Preocupa tanto quanto as condições de vida do jovem brasileiro a falta de esperança de um futuro melhor e da consciência da necessidade de uma participação política cada vez maior para que esse futuro, de fato, chegue. Vivemos a crise dos modelos, dos paradigmas da juventude, a massificação de uma cultura fútil e individualista, que é boa para a manutenção do status quo, e que por isso é vendida e comprada como sendo modernidade.

Mas existe resistência: a juventude, que não é uma massa homogênea, manifesta-se através da expressão cultural das suas diversas tribos e das ações políticas em frentes de atuação como os movimentos populares e ONGs que têm também uma participação fundamental nos grandes atos políticos que as diversas forças contestadoras do modelo hegemônico têm organizado pelo mundo (como no caso do grande acampamento no II Fórum Social Mundial). A juventude Petista está em todas essas frentes porque tem a cara da juventude brasileira.

Por tudo isso, o PT resolve que, em 2002, realizará o 1º Festival Nacional da Juventude do PT. Com local, data e programação a serem definidos pelo Diretório Nacional. E que será o grande evento onde se reunirão as manifestações culturais e as ações políticas da juventude para construirmos o país que queremos. Assim, falaremos aos jovens do Brasil e os ouviremos, para que sejamos parceiros no projeto de uma vida futura socialmente justa e na ação política para tornar esse sonho realidade o mais breve possível.

Fonte: *Resoluções. XII Encontro Nacional do PT. 2001, p. 51. Acervo do CSBH/FPA.*

t) TUDO AO MESMO TEMPO AGORA...¹

Para derrotar o neoliberalismo e transformar o Brasil

[...]

IV – PLANO DE AÇÕES

14. Pactuar entre todos os militantes da Juventude Petista o reconhecimento de espaços de formulação política e fóruns de tomada de decisão nos diversos níveis e nas diversas frentes de luta; eis o primeiro e maior desafio a ser superado pela gestão da Secretaria Nacional de Juventude que se inicia a partir deste Encontro Nacional. O eixo da pactuação dos espaços de discussão e dos fóruns não se esgota facilmente, dado que é a partir dele que propomos tanto as ações da Juventude para as campanhas eleitorais de 2002 quanto as ações relevantes à construção partidária.

15. A SNJ tem como papel fundamental, para o próximo período, o aprofundamento da nossa organização em todos os Estados e dar condições mínimas de superar as adversidades de um país de dimensão continental.

16. Os governos do PT são importantes espaços para o exercício do protagonismo juvenil, através das assessorias de juventude, as quais exercem políticas públicas de inclusão social. Ao mesmo tempo em que governamos inúmeras prefeituras e estados, nossa participação ainda é muito tímida, portanto a SNJ deverá criar um GT de políticas públicas com o acúmulo já constituído, a fim de subsidiar aqueles que estão à frente destes órgãos públicos, bem como estimular as administrações petistas à criação destes espaços públicos.

17. Nossa organização deve se descentralizar e pautar-se na regionalização, ficando mais próxima das SEJs nos Estados. A regionalização deve ter fóruns próprios sob orientação da SNJ, através da criação de grupos de trabalho e cooperação das SEJs das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

18. A SNJ tem como papel estimular e aprofundar o debate nos fóruns do movimento estudantil, respeitando a pluralidade de ideias e a diversidade de posições. Para tanto, necessitamos resgatar os ENEPTs (Encontro Nacional de Estudantes do PT) e ENSPTs (Encontro Nacional dos Secundaristas do PT) como um espaço petista de elaboração e debate político.

19. Devemos construir um intercâmbio político com as outras secretarias do PT, proporcionando a transversalidade política com a juventude Rural, Negra, Pastorais, Cutista e do MST, encaminhando políticas específicas com esses jovens que já têm sua própria organização nos movimentos sociais.

Resoluções específicas

Balanco do PED

Neste contexto histórico de crise do modelo neoliberal e da necessidade de dar uma resposta de esquerda, no dia 16 de setembro, o PT deu mais uma contribuição revolucionária à democracia brasileira, realizando pela primeira vez na história partidária do país eleições diretas para a escolha de todos os dirigentes do partido. O PT reafirma os valores do socialismo democrático, que continua sendo uma pos-

sibilidade histórica aberta para a humanidade, um processo a ser construído, e não uma inevitabilidade.

Balanco da Secretaria Nacional

A avaliação justa da gestão da Secretaria Nacional de Juventude, que ora se encerra, deve ser contextualizada dentro de um balanço que compreenda o último período do setorial nacional de juventude no partido, qual seja, no mínimo o compreendido entre o último Fórum Nacional construído com um mínimo de actualidade e o ENJPT, no qual lançaremos as bases de um novo período para a Juventude do PT. Como último evento de um período de fragmentação e esvaziamento dos fóruns da juventude, deu-se, no 2º Congresso Nacional do PT, a eleição da SNJ sob amparo regimental, com o reconhecimento da Direção Nacional e como resultado da mobilização de milhares de jovens militantes nos encontros estaduais de 1999. A secretaria constituída, porém, dadas as condições oriundas de um processo político acidentado de equívoco, não foi capaz de concluir as tarefas que há muito nos desafiam: articular a juventude petista nas diversas frentes de luta criando o canal de diálogo entre o PT e a juventude brasileira, ferramenta imprescindível na disputa de hegemonia na sociedade. A gestão que se encerra deixa-nos em débito quanto à consolidação do espaço que merece a juventude no programa e na estratégia do PT, mas nos ensina que, ainda e como sempre, a história se constrói coletivamente, e que o peso da estrela vermelha do PT só se faz sentir quando respeitadas a diversidade que nos torna grande e a mística que nos reúne sob a bandeira do Partido dos Trabalhadores.

Dívida externa

A juventude do PT deve ter uma posição ativa sobre as questões da dívida externa e interna, denunciando o acordo vigente com o FMI, portanto, a SNJ deve articular com os amplos setores juvenis uma estratégia comum de mobilização pela renegociação e a realização de uma ampla auditoria sobre o conjunto da dívida. Essa estratégia envolve também a defesa e a divulgação do que é a taxa Tobin, proposto pela Attac².

Enfrentamento ao governo FHC

A juventude do PT está na direção de diversas frentes de atuação e nas principais entidades do Fórum Nacional de Lutas que defendem e levantaram com autonomia e legitimidade a consigna “FORA FHC”. Esta palavra de ordem reflete a percepção que importantes setores da sociedade têm do caráter antinacional e antipopular do governo. A juventude do PT, no seu encontro nacional, assume o compromisso de continuar a ofensiva política contra o governo FHC, denunciando a corrupção, a destruição do patrimônio público e a liquidação da soberania nacional.

Fonte: *Encontros Setoriais*, caderno 2, dezembro de 2001, p. 28-30. Acervo do CSBH/FPA.

NOTAS

¹ Resoluções aprovadas no Encontro Nacional da Juventude do PT, realizado em Guarulhos nos dias 26 a 28 de outubro de 2001. (N. E.)

² Associação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos, organização fundada em dezembro de 1998, na França, que se opõe à globalização de tipo neoliberal e propõe modelos alternativos de desenvolvimento visando a garantia de direitos para todos. (N. E.)